

ENEIDA CRISTINA LIMA PINTO

**UM ESTUDO SOBRE OS DETERMINANTES DA POSSE DE
CARTEIRA DE TRABALHO ASSINADA NO SETOR DE SERVIÇOS
DA RMS EM FINAIS DA DÉCADA DE 90**

Salvador - BA

2000

ENEIDA CRISTINA LIMA PINTO

**Um estudo sobre os determinantes da posse de carteira de trabalho
assinada no setor de serviços da RMS em finais da década de 90**

Monografia apresentada como pré-requisito para a obtenção do grau de
bacharel em Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia.

ORIENTADOR:

PROF. JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

Salvador - BA

2000

AGRADECIMENTOS

A conquista de um objetivo é importante. Porém, é importante também lembrar e agradecer àqueles que contribuíram, de alguma maneira, para o nosso êxito.

À Deus, pois deu-me sempre forças principalmente quando elas pareciam fugir-me.

Aos meus pais, pelo amor e dedicação dispensados, sendo capazes, inclusive, de abrirem mão de alguns de seus objetivos em prol dos meus.

Ao professor Gabrielli, pelo conhecimento oferecido, proporcionando-me um maior crescimento profissional.

Aos professores André Ghirardi e Wilson Menezes pelas críticas e sugestões valiosas.

Aos colegas Luciano e Paulo e à Cristiane o meu “muito obrigada”. Aos primeiros pela amizade e dicas fornecidas quanto ao uso do SPSS e à segunda pelo carinho e informações fornecidas quanto a alguns instrumentais estatísticos.

Aos colegas Suzana, Márcia, Elaine, Jutaí, Alinson e Rondinaldo por terem tornado os meus dias na Faculdade mais interessantes.

À Raimundo, pela paciência, carinho e fé de que tudo daria certo!

RESUMO

Este trabalho desenvolve um modelo que serve para avaliar como distintos atributos influem na probabilidade de um ocupado no setor de Serviços ter vínculos formais de trabalho. Para tanto, aborda-se, num primeiro momento, os condicionantes do processo de terciarização e informalização que marcaram a economia da RMS na década de 90. Ao fim, discute-se um conjunto de variáveis que afetam a chance do trabalhador se encontrar ou não no segmento formal. Atributos natos e adquiridos são contemplados, assim como sub-setores de ocupação, renda, postos, jornada de trabalho e tamanho da empresa na qual o indivíduo trabalha. Um modelo logístico não linear foi estimado com base em uma amostra de 61.899 casos extraída da PED-RMS, sugerindo que as variáveis tamanho da empresa e grupo ocupacional são extremamente importantes.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	7
LISTA DE GRÁFICOS.....	8
LISTA DE QUADROS.....	8
1. INTRODUÇÃO	9
2. TERCIARIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES.....	11
2.1. CONTROVÉRSIAS CONCEITUAIS.....	12
2.2. A TERCIARIZAÇÃO E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS	16
2.3. QUESTÃO DA TERCIARIZAÇÃO SOTEROPOLITANA	21
3. EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA BAIANA E OS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO E O TERCIÁRIO SOTEROPOLITANO	29
3.1. ASPECTOS MACROECONÔMICOS	29
3.2. MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO.....	34
3.3. A REDUÇÃO DO EMPREGO ASSALARIADO COM CARTEIRA - UMA “NOVA” CONFIGURAÇÃO OCUPACIONAL.....	36
3.3.1 Informalidade: a origem do termo.....	36
3.3.2 Algumas considerações sobre a problemática na década de 90	39
3.4. TERCIARIZAÇÃO E INFORMALIZAÇÃO: UM PROCESSO IMBRICADO?..	47
4. A POSSE DE CARTEIRA ASSINADA NO SETOR DE SERVIÇOS DA RMS: UM ESTUDO SOBRE OS DETERMINANTES.....	51
4.1. DIFERENÇAS NA INSERÇÃO DOS OCUPADOS SEGUNDO ALGUNS ATRIBUTOS SELECIONADOS	52

4.1.1	Algumas evidências empíricas.....	54
4.1.1.1	Atributos Natos.....	54
4.1.1.2	Quanto aos Atributos Adquiridos.....	56
4.1.1.3	Por Sub-setor de Atividade.....	58
4.1.1.4	Por Jornada de Trabalho e Renda.....	60
4.1.1.5	Quanto às Ocupações e Tamanho da Empresa.....	63
4.2	FATORES CONDICIONANTES DA POSSE DE CARTEIRA ASSINADA.....	67
4.2.1	Considerações Metodológicas.....	67
4.2.1.1	Ajuste do Modelo.....	69
4.2.1.2	Avaliação dos Coeficientes Estimados.....	69
4.2.1.3	Descrição e Especificação das variáveis.....	70
4.2.2	Resultados do Modelo.....	71
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
	APÊNDICE.....	87

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- Ocupação por subsetor dos residentes da RMS ocupados em Serviços - 1987/89-1996/99.....	24			
TABELA 2 - Investimento Direto Externo x Taxa de Investimento em % do PIB - Brasil 1994/98.....	33			
TABELA 3 - Indicadores Econômicos do Brasil - 1994/98.....	34			
TABELA 4 - Posição na Ocupação por Regiões Metropolitanas - 1991/99.....	40			
TABELA 5 - Rendimentos médios reais da população ocupada não agrícola no Brasil, segundo posição na ocupação - 1992/1997/1998.....	44			
TABELA 6 - Posição na Ocupação no setor de Serviços da RMS segundo Sexo, Cor e Faixa Etária - 1996/99.....	54			
TABELA 7 - Posição por Ocupação no setor de Serviços da RMS por Grau de Instrução e Tempo de Serviço - 1996/99.....	57			
TABELA 8 - Posição na Ocupação no setor de Serviços da RMS por sub-setor de Atividade - 1996/99.....	60			
TABELA 9 - Posição na Ocupação no setor de Serviços da RMS por Jornada de Trabalho e Renda - 1996/99.....	62			
TABELA 10 - Posição na Ocupação no setor de Serviços da RMS por Tamanho da Empresa e Ocupações - 1996/99.....	64			
TABELA 11 - Ocupações no setor de Serviços da RMS que detêm maior participação relativa dos empregados com carteira - 1996/99.....	67			
Tabela 12 - Resultados do modelo <i>logit</i> da probabilidade de um ocupado em Serviços ter <table style="display: inline-table; vertical-align: middle;"><tr><td style="padding-right: 20px;">Carteira</td><td style="padding-right: 20px;">Assinada</td><td>na</td></tr></table> na RMS.....	Carteira	Assinada	na	72
Carteira	Assinada	na		
TABELA 13 - Resultados do modelo <i>logit</i> da probabilidade de um ocupado em Serviços e nos demais setores ter Carteira Assinada na RMS.....	75			

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Números - Índices da População Ocupada por Setores na RMS - 1991/99 (1991=100).....	22
GRÁFICO 2 - Números-Índices do Desemprego na RMS e nas demais RM's - 1991/99 (1991=100).....	42
GRÁFICO 3 - Média estimada da proporção de Assalariados com Carteira no setor de Serviços da RMS por Faixa Etária - 1996/99.....	56
GRÁFICO 4 - Média estimada da proporção dos Assalariados com Carteira no setor de Serviços da RMS por Tempo de Serviço - 1996/99.....	58
GRÁFICO 5 - Média estimada da proporção dos Assalariados com Carteira no setor de Serviços da RMS por Jornada de Trabalho - 1996/99.....	61
GRÁFICO 6 - Média estimada da proporção dos Assalariados com Carteira no setor de Serviços da RMS por Faixa de Renda - 1996/99.....	63
GRÁFICO 7 - Média estimada da proporção dos Assalariados com Carteira no setor de Serviços da RMS por Grupo de Ocupações - 1996/99.....	66

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Compatibilização das rubricas da PED com tipologia selecionada.....	59
QUADRO 2 - Especificação das variáveis para a posse de carteira assinada no setor de Serviços na década de 90.....	71

1 INTRODUÇÃO

A economia brasileira passou por mudanças significativas nas duas últimas décadas do século XX. Depois de um longo período de acelerado processo de industrialização e urbanização, típicos da década de 70, a elevada taxa de inflação dos anos 80 e, sobretudo, as altas taxas de juros da década de 90, reduziram a taxa de investimento da economia.

Os constrangimentos oriundos, sobretudo, da esfera macroeconômica afetaram o comportamento do mercado nacional e, como tal, sotopolitano, tendo sido não desprezíveis os rebatimentos sobre a estrutura e evolução do pessoal ocupado por setor de atividade e por posição na ocupação.

A terciarização das ocupações, que já fazia parte do cenário econômico nacional desde o princípio dos anos 80, continuou sua trajetória de absorção de mão-de-obra pela década de 90.

Observa-se também que o comportamento regressivo dos determinantes do trabalho na década de 90, embora não tenha se traduzido em um crescimento exponencial das taxas de desemprego aberto (quando medidas pelos índices do IBGE), provocaram uma alteração profunda na composição da ocupação, que passou a expressar uma grande variedade de formas atípicas de contratação da força de trabalho¹, concomitante à queda de participação do segmento formal.

Nesse contexto adverso, alguns ocupados no setor de Serviços conseguiram manter-se numa ocupação formal, de forma que constitui objetivo deste trabalho a observação do que esses trabalhadores tinham de “especial” para “sobreviverem” a um período de grandes turbulências sob o prisma do mercado de trabalho.

Para consecução desse objetivo, utiliza-se um modelo econométrico próprio para variáveis qualitativas, qual seja, o modelo *logit*.

A base empírica utilizada é a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED que constitui-se numa rica fonte de dados sobre o emprego na RMS.

¹ Por formas atípicas de contratação entende-se todo tipo de relação de trabalho não assalariada, além daquelas assalariadas, mas à margem dos marcos legais de contratação vigentes no país.

Apesar do objetivo da PED consistir, primordialmente, em fazer um acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho na RMS, a riqueza do material empírico permite lançar luz sobre a questão do emprego no terciário.

Nesse sentido, esse trabalho descreve nos capítulos 2 e 3 as principais mudanças relacionadas aos aspectos da evolução da ocupação na RMS no último decênio. No último capítulo procura-se mensurar o papel relativo dos fatores que supostamente condicionam a formalidade no setor de Serviços, através de uma abordagem de probabilidades de um ocupado neste setor ter um vínculo formal de trabalho dado um conjunto de certas características.

2 TERCIARIZAÇÃO DAS OCUPAÇÕES

A crescente importância do setor de serviços no que tange à geração de emprego e produto fez com que alguns estudiosos² denominassem a fase de desenvolvimento atual do capitalismo como a “Revolução dos Serviços”. Assim como as suas antecessoras (Revoluções Agrícola e Industrial), ela serviria de prenúncio a uma sociedade onde as atividades do setor que lhe nomeia estariam liderando a criação de riqueza³.

Os primeiros sinais desse fenômeno começaram a ficar evidentes por volta da década de 50, quando nos E.U.A o setor terciário (excetuando-se as atividades governamentais para efeito desta comparação) ultrapassou o setor industrial como principal fonte de emprego (Braga, 1989, p. 96).

Esta terciarização, é bem verdade, pode estar sendo superdimensionada em virtude de certas atividades, que eram anteriormente desempenhadas fora do mercado, passarem agora a figurar nos registros contábeis, e do fato do crescimento do setor de serviços ter sido potencializado pelo aumento da eficácia do setor de produção de bens (Normann, 1993, p. 17-8). Todavia, o seu crescimento quantitativo é um fato inexorável conforme os dados e a literatura a respeito do assunto, sendo, inclusive, problemática a concepção do setor Serviços como algo exclusivo, pois o que se observa na prática, notadamente a partir da chamada revolução microeletrônica, é que as fronteiras entre as atividades de serviços e as demais estão desaparecendo, uma vez que as empresas manufatureiras também produzem serviços. No extremo, pode-se concluir como Levitt (1960) que “(...) *não existe distinção entre empresas prestadoras de serviços e empresas industriais e comerciais. Existem apenas empresas onde a prestação de serviços é maior ou menor. Todas prestam algum serviço*”(Almeida, 1999).

Não obstante, este fenômeno comporta múltiplas dimensões a nível de tempo e espaço. Em função disso, este capítulo pretende realizar uma breve revisão da literatura a fim de caracterizar melhor o fenômeno da terciarização soteropolitana, enfatizando o período relativo à década de 90.

² A exemplo de Offe (1994) e Bell (1977).

³ Ao longo do trabalho far-se-á uso dos termos “atividade terciária” e “serviços” como sinônimos, a fim de tornar a leitura menos cansativa. Vale salientar, entretanto, que o Comércio, que para alguns é identificado como inserido no setor terciário, foge ao escopo deste trabalho, optando-se assim por um expediente também utilizado pelo IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD e Pesquisa Mensal de Emprego - PME) e pela SEI/SETRAS/SEADE/DIEESE/UFBA (na Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED).

2.1. CONTROVÉRSIAS CONCEITUAIS

A evidência básica de que as atividades terciárias não se revestem de caráter durável, tendo em vista a simultaneidade entre produção e consumo, foi o grande responsável pela concepção encontrada na literatura econômica, a partir dos Fisiocratas, de que tais atividades seriam “improdutivas”, ou seja, não gerariam produto que resultasse em aumento de renda e, conseqüentemente, riqueza para a sociedade.

Assim, predominou por muito tempo a definição que atribui ao setor terciário um caráter residual, isto é, a agricultura se caracterizaria pela produção de mercadorias obtidas, principalmente, com o concurso dos recursos naturais, enquanto que as atividades secundárias se diferenciariam pela transformação, beneficiamento e/ou modificações de matérias-primas e de produtos destinados à utilização final, cabendo, pois ao terciário todas as atividades cuja produção não fosse mensurável em unidades físicas e, como tal, não pudesse ser estocada.

Nas situações em que as características do trabalho de serviços eram apresentadas explicitamente, observava-se que predominavam quase que exclusivamente os atributos negativos:

O trabalho em serviços gera produtos **não** materiais, que **não** podem ser armazenados ou transportados. O trabalho em serviços **não** é, ou é **menos** suscetível à racionalização técnica e organizacional se comparado com o trabalho que produz bens. A produtividade do trabalho em serviços **não** pode ser medida e, por isso, seus padrões de produtividade **não** podem ser controlados. O trabalho em serviços **não** é produtivo. (Offe, 1994, p. 135)⁴

Estas definições negativas desenvolvidas no campo da economia do trabalho encontraram sua contrapartida na sociologia:

Nesta [a sociologia], os trabalhadores que prestam serviços são convencionalmente chamados de “classe média”, o que implica não serem classificados como pertencentes à elite nem ao operariado, ou são classificados como “nova classe média”, o que simplesmente indica que não pertencem a uma “velha” classe média. (*ibid.*, p. 135-6)

À medida, porém, que o setor de serviços passou a desempenhar papel importante na economia, expresso na proporção do Produto Interno Bruto - PIB auferido por ele, os debates a seu respeito sofreram refinamentos, deslocando-se da problemática produtividade *versus* improdutividade do setor para a esfera de contextualização do fenômeno ora

⁴ Grifos da autora.

emergente. Por volta dos anos 30 surgiram teorias sobre a natureza e a evolução dessas atividades, expressas nos trabalhos de Fisher (1933) e Clark (1940). O primeiro foi quem propôs uma classificação das atividades em primárias, secundárias e terciárias, identificando-as para cada caso concreto. O segundo, reafirma as idéias de seu antecessor introduzindo a expressão “Serviços”, uma vez que a considerava mais adequada para evidenciar a grande variedade das atividades aí incluídas e sua crescente diversificação.

Tais concepções, cujas origens remontam aos estudos de Lederer sobre o aumento e significado social da classe dos “colarinhos-branco”, ao conceito de “classe de serviços” de Karl Renner ou até às conhecidas especulações de Marx sobre o surgimento de uma “sociedade automatizada”, em que a força de trabalho humano abandonaria progressivamente a produção material e assumiria as funções de “vigiar e controlar” a produção, conferiam ainda à atividade terciária tratamento residual (Melo, 1998b, p. 131).

O grande desenvolvimento industrial do pós Segunda Guerra Mundial relegou os estudos em curso sobre as atividades de serviços a segundo plano, de forma que somente a partir de meados dos anos 70, quando ficou comprovada, definitivamente, a importância dos serviços nas economias industriais e o seu potencial de crescimento, começaram a surgir novos estudos e classificações sobre o setor.

Neste contexto, Peter Hill propôs, em 1977, uma nova definição de serviços, definição essa que fora amplamente retomada desde então na literatura internacional. Segundo este, a atividade de serviços “(...) *é uma transformação da condição de um indivíduo, ou de um bem pertencente à um agente econômico qualquer, resultando da atividade de um outro agente econômico, sob pedido ou com consentimento do primeiro agente*” (Gadrey, 1999, p. 5).

Esse conceito descreve uma situação social de serviço, ou ainda, uma relação social de serviço em torno de uma operação de “mudança de condição”, desejada ou pedida por um agente econômico detentor de uma realidade a transformar, recorrendo para tanto a um outro agente.

Ele admite uma ação técnica em uma realidade que deve ser tratada e está cercado por dois tipos de relações sociais: uma relação de “demanda de intervenção”, que inicia uma relação de serviço, e relações de propriedade (a realidade a tratar pertencente à pessoa que demanda o serviço, ou se encontra sob seu controle). A natureza do produto ou resultado

(sua relação com a materialidade), pelo contrário, que era o fundamento das definições clássicas, não está aqui presente. O produto (do serviço) é a mudança de estado da realidade submetida a intervenção.

Tal conceito:

- Concebe o serviço como um processo e como um resultado;
- Mostra a existência de uma relação de serviço; e
- Descreve que os serviços podem ser prestados sobre objetos ou sistemas materiais, informação, indivíduos e organizações.

Todavia, essa definição acaba por considerar os empregados de uma empresa industrial, recrutados para transformar bens pertencentes aos detentores do capital dessa empresa, como prestadores de Serviços.

Tentando superar essa dificuldade, Gadrey propõe especificar e simultaneamente enriquecer o enunciado de Hill, sugerindo a definição seguinte, chamada de “triângulo do serviço” na medida em que ela pode ser representada graficamente por um triângulo:

Uma atividade de serviço é uma operação que visa uma transformação do estado de uma realidade C, possuída ou utilizada por um consumidor B, realizada por um prestador de serviços A a pedido de B, e com frequência relacionada a ele, não chegando, porém, à produção de um bem que possa circular economicamente independente do suporte de C (Gadrey, 1999, p. 5-6).

A diferença fundamental entre essa definição e a de Hill reside na precisão com que se determina que “*o resultado não pode circular economicamente independente de C*”. Esta afirmação permite especificamente excluir da definição dos serviços a atividade produtiva dos empregados cujos produtos constituem objetos C, fabricados mediante a transformação do estado de diversos substratos materiais de C (matérias-primas, produtos intermediários), mas dotados da capacidade de circular independentemente desses substratos e cuja identidade econômica anterior se encontra integrada na identidade do novo produto C.

A principal limitação, entretanto, da definição de Hill e de Gadrey parece residir na dificuldade de se cobrir de modo satisfatório a extrema diversidade do campo constituído pelas atividades em questão. Estas definições parecem muito adequadas aos serviços associados a pedidos de ajuda ou de reparação, conservação, intervenção, assistência material ou intelectual etc. Mas serão elas adequadas a outros serviços, como hotelaria,

telecomunicações, entretenimento e turismo em que se percebe menos o que pode representar “*a mudança de condição de uma pessoa, ou de um bem pertencente a um agente econômico qualquer*”?(Ibid., p. 6)

Offe (1994) propõe uma definição funcional do setor de Serviços. Ele parte do pressuposto que o processo de reprodução social tem duas funções:

- Satisfação social das condições de sobrevivência, através das respectivas atividades econômicas e produtivas; e,
- Manutenção ou modificação das formas de preenchimento das funções inicialmente mencionadas.

As atividades de produção são relacionadas à apropriação e a transformação da natureza externa com a finalidade de gerar riqueza social. Já os serviços servem à reprodução das estruturas de forma de circulação e das condições alternamente paramétricas, dentro das quais se realiza a reprodução material da sociedade. Esses dois setores têm relação não havendo hierarquia entre eles.

O conceito proposto é baseado na idéia que as atividades de serviços são sempre orientadas à manutenção das “condições normais” em uma sociedade ou entre suas partes, isto é, para a tarefa de defender e preservar os elementos diferenciadores da estrutura social e para mediá-los.

A definição de serviços ainda é problemática e isto decorre, fundamentalmente, da inclusão numa mesma categoria de uma série de atividades díspares entre si. De qualquer forma, elas guardam alguns pontos em comum que podem ser assim sumarizados (Kotler, 1993, p. 541-3):

- Intangibilidade/imateriabilidade;
- Inseparabilidade da produção e do consumo (a relação entre produtor e cliente é essencial, havendo, inclusive, co-produção);
- Variabilidade (o serviço é função de quem os executa, bem como quando e onde são executados);
- Percibilidade (os serviços não podem ser estocados); e,

- Dependência dos recursos humanos em alto grau.⁵

2.2 A TERCIARIZAÇÃO E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS ECONOMIAS

Nos países de industrialização avançada o crescimento do setor de serviços indicou o advento da “sociedade de consumo”, hipótese esta que melhor foi apresentada por Collin Clark (1940) que formulou uma espécie de lei evolutiva da divisão social do trabalho entre os três setores da economia. Assim, o desenvolvimento da economia se daria a partir da sucessão entre os setores como centros dinâmicos da economia, culminando na “sociedade de serviços” (Melo, 1998b).

Por muito tempo esse aumento do emprego no setor de serviços fora atribuído à sua baixa produtividade. A indústria, com uma renovação tecnológica crescente, liberava mão-de-obra que seria absorvida pelo terciário, menos suscetível ao progresso técnico⁶.

Uma outra tentativa de explicar o fenômeno da terciarização foi relacionado com o consumo final do indivíduo. Uma das mais famosas elaborações nesta linha é a Daniel Bell (1973). Ele se baseia no teorema de Engel, a partir do qual pressupõe que “(...) a proporção de dinheiro gasto em alimentação tende a diminuir com o aumento da renda e os incrementos marginais seriam dirigidos aos bens duráveis e posteriormente aos itens de luxo ligados aos serviços”.⁷

As formulações de Bell baseiam-se em três argumentos: a) a renda média das famílias eleva-se com o aumento da produtividade do setor industrial; b) a elevação da renda origina uma maior demanda por serviços; e c) o crescimento dos serviços é associado ao uso mais intenso da mão-de-obra na atividade terciária.

⁵ Estas definições encontram-se em constante transformação, sobretudo após os avanços crescentes da tecnologia. Assim, por exemplo, a compra/venda de bens pela Internet é um serviço, embora não haja contato direto entre produtor e cliente.

⁶ Em virtude da chamada “Doença de Custos”. Este conceito deriva dos trabalhos de Baumol (1967), que afirma que a maior participação dos serviços na renda e no emprego é decorrente do aumento de produtividade desigual entre os setores econômicos. Assim, como os Serviços apresentam baixo crescimento de produtividade, atraem e absorvem mão-de-obra liberada dos outros setores econômicos e, em virtude da uniformidade dos salários na economia, os salários naquele setor acabam por acompanhar o aumento dos salários nos demais segmentos (Melo, 1999a, p. 14).

⁷ Lima, 1993, p. 14.

As formulações desta teoria foram denominadas de Pós-Industrialistas⁸. De certa forma elas pareciam ser confirmadas pelo acréscimo de mão-de-obra industrial após 1945 nos países desenvolvidos, concomitante a um crescimento de renda per capita, sendo assim, um indicador de ampliação dos serviços finais.

Com o esgotamento da longa tendência de crescimento do pós-guerra a partir dos primeiros anos da década de 70, surgem críticas a essa teoria. A principal crítica é a análise do terciário desatrelada das atividades produtoras de bens. Dessa forma, a dinâmica dos serviços somente podia ser entendida a partir da transformação e modernização da indústria.

Uma outra crítica aos pós-industrialistas é o estudo do terciário como um fenômeno unitário. Este setor é bastante heterogêneo podendo ser encontradas diversas formas de organização. Operam no terciário empresas capitalistas, produtores simples e autônomos. Além disso, há também uma enorme diversidade de trabalhos, havendo vários tipos de ocupação, formas de remuneração, contratação e tempo de trabalho.

Para estes críticos essa falta de desagregação não permitia um detalhamento sobre a performance do setor serviços e gerava equívocos quanto a função do terciário na dinâmica da economia. A necessidade de se avançar no estudo, produziu a uma classificação inicial do setor em serviços para a produção e serviços para consumo, levando em conta os serviços voltados às demandas intermediárias das empresas e finais dos indivíduos, respectivamente (Lima, 1993).

Esta divisão apontou uma relevante tendência do terciário nos anos 70 e 80. Registrou-se um crescimento dos serviços para a produção relativamente superior do que os para o consumo nos países industrializados.

Dentre os críticos da tese pós-industrialista o que mais se destaca é Gershuny (1978). Seu trabalho traz importantes contribuições para o entendimento do processo de terciarização: supera a visão pós-industrialista que o associava ao consumo final dos indivíduos, destaca a heterogeneidade do setor e a liga ao comportamento da indústria

⁸ Ver Offe (1994) e Crawford (1994).

(Melo, 1998b, p. 4 e 17).⁹

A partir da década de 70, o crescimento acelerado dos serviços para a produção suscitou novamente um maior interesse pelo seu estudo. A reestruturação industrial nos países desenvolvidos, com o objetivo do ajustamento das economias aos custos crescentes e às novas condições tecnológicas e de mercado, marcam um crescimento dos serviços sem que houvesse verticalização das empresas.

Esta reorganização industrial induz modificações nos serviços no seguinte sentido: há uma maior externalização das atividades de serviços nas empresas; o setor começa a se modernizar com a sua maior informatização e são adotados novos procedimentos de organização, ou seja, à medida que a evolução tecnológica avança, as atividades de produção ganham complexidade não apenas ao longo da linha de produção - “*vertical complexification*”, mas também em termos de atividades de apoio - “*horizontal complexification*”, tais como administração de estoques, treinamento de pessoal, financiamento, vendas, *marketing* etc., exigindo, portanto, a necessidade de atividades de apoio cada vez mais sofisticadas (Braga, 1989, p. 96).

De forma complementar a tal análise, pelo lado da demanda, verifica-se que as inovações tecnológicas do pós-guerra promoveram a introdução de novos produtos que não poderiam ser confeccionados pela matriz tecnológica preexistente e a crescente sofisticação tecnológica destes novos produtos, por sua vez, tornaram os consumidores cada vez mais conscientes de que o valor intrínseco de um produto dependia cada vez mais da capacidade de manuseá-lo/ operá-lo de forma eficiente. Assim, a demanda por estes produtos se tornou orientada para a aquisição de pacotes ou “*compacts - Complex packages*”, que além do produto físico oferecem contratos de manutenção, cursos de treinamento, acesso privilegiado a novos *softwares*, etc. (*ibid.*, p. 97).

Este novo processo de acumulação e reestruturação econômica, promove uma mudança nos processos de trabalho e na natureza das tarefas. Dessa maneira, durante os anos 70 e particularmente na década de 80, uma nova espécie de “divisão internacional do trabalho” se desenvolveu, acarretando uma flexibilização da mão-de-obra e opção por uma mão-de-

⁹Segundo ele, com o aumento da renda per capita pode o consumidor demandar mais serviços ou bens. Então ele demonstra, com evidências empíricas, que houve queda do consumo final de serviços nos países

obra mais qualificada, tendo em vista que o trabalho mais barato e menos qualificado não mostrava mais vantagens comparativas (Kon, 1997, p. 152-3).

No final dos anos 80, a identificação de taxas de desemprego relativamente elevadas nos países desenvolvidos, decorrente, principalmente, desse processo de reestruturação, põe em questão a tese otimista de contínuo crescimento das atividades terciárias, face ao aumento do desemprego.

A grande questão atualmente é qual será o resultado líquido dessas modificações no setor serviços, haja vista que ele sempre foi considerado o grande empregador em fases mais avançadas da economia. Se este se retrair as pessoas poderão ficar à margem do mercado de trabalho.

No que tange à este aspecto, Castells (1992 *apud* Lima, 1993, p. 19) contesta a hipótese de destruição dos postos de trabalho nas sociedades industrializadas. Segundo ele, a idéia de desemprego tecnológico não é confirmada por pesquisas empíricas e uma única coisa é provável: o tipo de emprego num futuro próximo será bem diferente do conhecido na época do desenvolvimento industrial. Duas tendências são indicadas para o terciário: o crescimento do terciário informacional¹⁰ e dos serviços pessoais.

Estaria-se pois numa transição de sociedades produtoras de bens para atividades de processamento de informações, assertiva essa que é corroborada pelos dados empíricos haja vista que nas duas décadas entre 1970 e 1990 aproximadamente 90% dos novos empregos criados nos E.U.A foram nas áreas de processamento de informações e serviços do conhecimento, hipótese esta que também é defendida pela Teoria do Capital Humano (Crawford, 1994, p.36).

Segundo esta teoria, a importância relativa do capital físico tende a diminuir, uma vez que instrumentos de trabalho, a exemplo do computador, tendem a se tornar cada vez mais baratos e, como tal, acessíveis. Assim, a quantidade e a qualidade do capital humano crescem em importância, sendo o principal objetivo de uma sociedade realizar inversões naqueles setores que contribuam para a melhora das habilidades e o talento de sua população.

industrializados.

¹⁰Economia que se caracteriza pela importância crescente da ciência, tecnologia e da informação na produção, pela flexibilização e reorganização das atividades em relação à demanda e uma internacionalização, com uma organização de fluxos supranacionais.

Nos países desenvolvidos, a grande maioria dos serviços que registram crescimento lento, estagnação e mesmo queda relativa na ocupação é composta de serviços cujo componente “relacionamento entre pessoas” (que existe quase sempre, da mesma forma como existe na indústria) é relativamente reduzido. Nesses serviços, as operações consistem menos em “cuidar” diretamente dos clientes ou dos usuários e mais em “cuidar” de bens (transporte, logística, correio etc.) ou de informações codificadas (telecomunicações, serviços bancários comuns, procedimentos administrativos para processos, cheques etc.). Tais serviços são mais susceptíveis de serem “industrializados”, se caracterizar-se dessa forma os processos que se baseiam ao mesmo tempo na padronização dos processos e dos resultados e na “mecanização” das operações, no sentido de substituição do trabalho “vivo” por máquinas, no sentido de que estas máquinas são responsáveis por bens ou informações (Gadrey, 1999, p. 13-4) .

Isso não significa que os serviços “de relacionamento e profissionais” não se modernizem nem passem por inovações no plano técnico e organizacional. Na maior parte dos casos é o inverso que se constata. Mas a introdução de novas tecnologias (frequentemente no campo da informática e das telecomunicações) ocorre mais via complementaridade entre capital e trabalho do que via substituição: o médico, o consultor, o arquiteto ou o professor utilizarão o computador como apoio, de uma perspectiva que visará mais a melhoria da qualidade e a confiabilidade do serviço, ou a resolução de problemas complexos, do que a obtenção de ganhos de produtividade por meio da supressão de trabalho.

Do mesmo modo, na hotelaria e nos serviços de alimentação, apesar da existência de certas fórmulas de “*self service*” que realmente substituem trabalho por capital, a tendência dominante não é a supressão das relações de serviço, porque elas são valorizadas pelos clientes.

Quanto aos serviços que exigem proximidade, como a ajuda a pessoas idosas a domicílio ou a guarda de crianças pequenas, eles podem certamente ser “profissionalizados” (o que interviria positivamente na sua qualidade), mas talvez seja ilusão esperar ganhos de produtividade típicos de um modelo industrial. Assim, se a demanda continuar a crescer e se tornar cada vez mais significativa, o que é provável devido à evolução do número e da renda dos aposentados, é de se esperar que o emprego

avance de maneira quase proporcional (ibid., p.15).

2.3 A QUESTÃO DA TERCIARIZAÇÃO SOTEROPOLITANA

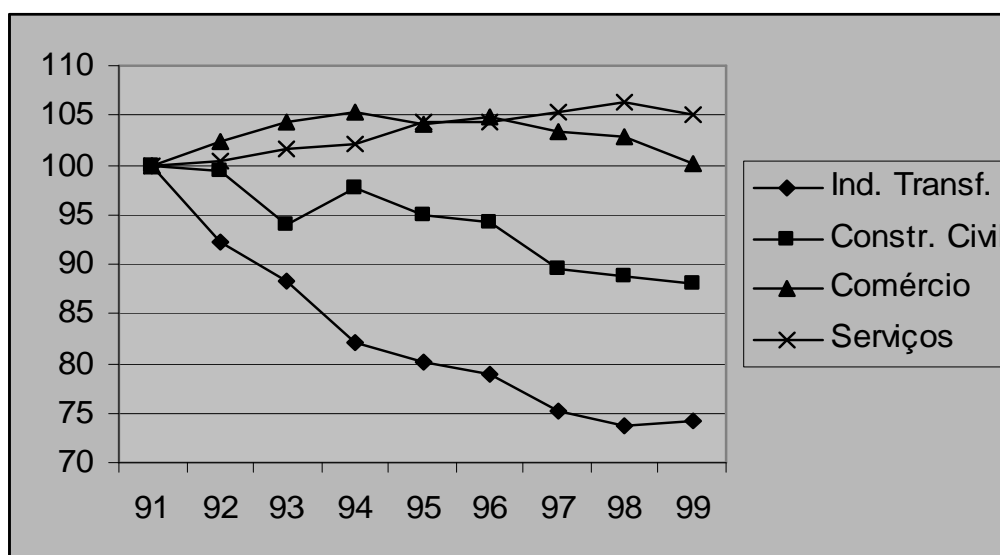
A economia soteropolitana não ficou alheia a esta mudança estrutural operada em nível internacional da expansão dos serviços, de forma que a evolução destas atividades na região seguiu a mesma trajetória de outras localidades, ou seja, a industrialização e seu colorário, o processo de urbanização.

Este processo de industrialização intensiva ocorrida na Bahia já vinha se delineando desde a década de 50 com a implantação da Refinaria Landulfo Alves e posteriormente, na década de 60, com o surgimento do Centro Industrial de Aratu. Entretanto, é o estabelecimento de indústrias produtoras de bens intermediários, na figura do Complexo Petroquímico de Camaçari - COPEC, em meados da década de 70, que consolida este processo, configurando uma profunda transformação na estrutura produtiva do estado e da natureza da sua inserção na economia nacional, corroborando, conseqüentemente, para o crescimento sistemático da importância do setor de serviços.

Quando da análise da economia soteropolitana nas décadas de 70 e 80 verifica-se que “aconteceu de tudo um pouco” no que tange à terciarização: parte da terciarização é devido ao fraco crescimento da economia; parte é resultado da redefinição e ampliação dos serviços na RMS, resultantes da intensificação da industrialização; e parte é conseqüência da diversificação do comércio e dos serviços pessoais, decorrentes, sobretudo, da perda de poder aquisitivo (pauperização) da população na década de 80 (Lima, 1993, p. 27;129).

Não obstante, a década de 90 encerra, definitivamente, o setor de Serviços como o grande empregador da economia soteropolitana, sendo o Gráfico 1 bastante elucidativo para a verificação do fenômeno em voga, uma vez este segmento foi o único a ampliar neste período a sua participação na estrutura setorial do trabalho.

GRÁFICO 1 - Números - Índices da População Ocupada por Setores na RMS - 1991/99
(1991=100).



Fonte: PME, diversos anos, IBGE. Elaboração Própria.

Deixando-se de lado o setor primário, que tem representação apenas residual na estrutura ocupacional soteropolitana - cerca de 1,4% em 1999, de acordo com Almeida (2000b), pode-se depreender do Gráfico 1 que em todo o período sob estudo, a Indústria de Transformação soteropolitana sofre redução contínua do número de pessoas ocupadas (médias anuais), principalmente nos dois primeiros anos, período no qual é notório o intenso processo de reestruturação organizacional pelo qual passaram as empresas do COPEC.

Com as mudanças ocorridas no cenário mundial (aumento da competição internacional, redução das alíquotas de importação etc.), grande parte das empresas que compõem a indústria de transformação da RMS adotaram práticas de reestruturação produtiva visando auferir maiores ganhos de produtividade e assim, assegurar padrões de competitividade (Cerqueira, 1998).

Estas transformações não consistiram em vultosos investimentos em automação, baseando-se na adoção de um novo modelo organizacional, concentrado na força de trabalho (embora este fator represente o menor custo nas estruturas das organizações), com práticas de terceirização e redução de níveis hierárquicos - cargos e chefias imediatas e intermediárias, supervisão e gerência, encerrando o período, conseqüentemente, com cerca de 25,7% a menos da participação relativa do início do período, apesar do esboço de

melhoria sinalizado no final da década de 90.

Na Construção Civil, a perda de expressão está vinculada à diminuição de investimentos nas áreas produtivas e de infra-estrutura, aliada a uma queda na construção de novas edificações residenciais, como se depreende da perda de participação do segmento de edificações e obras de infra-estrutura.

Em que pese a tendência declinante da participação relativa das ocupações neste setor, vale atentar que o seu movimento possui flutuações significativas ao longo da década, passando por momentos de depressão e recuperação. Esta evidência pode ser creditada ao fato deste setor ainda ser altamente intensivo em mão-de-obra, possuindo uma elasticidade produto-emprego mais alta que a Indústria de Transformação, motivo pelo qual, conforme argumenta Cardoso Júnior e Fernandes (2000, p. 7), a retomada do crescimento econômico a cada momento, tende a ser acompanhada de uma absorção maior deste setor.

O setor Comércio de Mercadorias fecha o período com quase o mesmo percentual relativo do início da década. Embora a falta de desagregação da base de dados nesta rubrica não permita um maior detalhamento da problemática, este comportamento parece estar correlacionado à dois fenômenos complementares. Se por um lado as transformações econômicas ocorridas na década de 90 (liberação das importações, aumento da concorrência interna etc.), impuseram às empresas varejistas reestruturações operacionais, financeiras e mercadológicas, concentrando, informatizando e, conseqüentemente, reduzindo os postos de trabalho no setor¹¹, por outro lado o chamado comércio informal ampliou significativamente a sua participação na década de 90, constituindo-se num *locus* alternativo ao desemprego para grande da população.

No que tange ao setor de Serviços o seu crescimento está fundamentado em inúmeras evidências, sendo utilizada para tanto a Tabela 1.

¹¹ Essa redução deu-se sobretudo no setor Supermercado. De acordo com Aragão e Pinto (1999), entre 1990 e 1997 houve uma redução de cerca de 47.615 postos de trabalho neste segmento em todo o Brasil.

**TABELA 1 - Ocupação por sub-setor dos residentes da RMS ocupados nos Serviços-
1987/88 - 1996/99**

Setores e Sub-setores	1987/88	1996/99	Var.%
Adm. Pública, polícia e Forças Armadas	13,3	10,7	-19,1
Serviços de Utilidade Pública	3,2	1,8	-42,6
Transporte e Armazenagem	7,1	6,4	-9,3
Serviços Creditícios e Financeiros	4,0	2,6	-35,0
Administração e comércio de imóveis	0,5	2,1	344,8
Serviços especializados	2,8	5,2	83,3
Serviços Auxiliares	3,5	6,0	71,4
Serviços de limpeza, vigilância e oficinas	3,1	7,7	151,0
Oficinas de Reparação Mecânica	3,3	3,2	-3,9
Serviços de comunicação e diversão *	1,7	3,3	91,8
Serviços de Alimentação	9,3	9,2	-1,9
Hotéis, pensões e alojamentos	N.D.	0,8
Educação	9,9	10,9	10,5
Saúde	6,0	6,5	9,4
Serviços comunitários	1,6	1,8	14,4
Serviços pessoais	10,1	2,3	-76,8
Serviços domésticos	16,0	15,6	-2,8
Outros Serviços	4,7	3,8	-18,9
Serviços	100,0	100,0	...

Fonte: Almeida (2000b, p. 27).

*Inclui rádio e teledifusão

Com base na Tabela 1, percebe-se que o segmento que verificou maior diminuição relativa do emprego foram os Serviços Pessoais. Esse que, a longo prazo, tem sido empregador de grandes contingentes populacionais, principalmente os advindos do meio rural, apresenta queda substantiva na década de 90.

Há pelo menos três explicações básicas para este fato. Almeida (2000b) contribui para a discussão mediante duas hipóteses: a primeira (excetuando-se nesse caso a possibilidade de erro metodológico), associa tal evidência à concentração desse tipo de serviço em estabelecimentos modernos, dotados de maior produtividade, a exemplo dos shoppings centers; e a segunda, relaciona tal fenômeno ao incremento do auto-serviço na higiene pessoal, face ao encarecimento relativo deste serviço durante o auge do Plano Real (aproximadamente em 1995 e 1996).

A terceira é dada por Azevedo (2000a) e guarda relação com a segunda explicação de Almeida. Segundo aquele, a má-distribuição de renda da população da RMS faz com que a taxa de sobrevivência de empreendimentos neste segmento seja baixa, bastando para tanto ver a facilidade com que se fecham shoppings em bairros, bares, restaurantes e salões de

beleza¹².

Outros serviços que apresentaram redução significativa da população ocupada no período de 1987/89-1996/99 foram os Serviços de Utilidade Pública e os Serviços Creditícios e Financeiros: os primeiros devido ao processo de privatização e os segundos em virtude dos processos de reestruturação produtiva e de concentração que tem marcado o mercado financeiro, notadamente após o Plano Real, fazendo com que as empresas se utilizem mais do auto-serviço (fornecendo, inclusive, tarifas mais baixas para os clientes que utilizarem os chamados serviços de *home-banking*), reduzindo o número de funcionários, seja pela supressão de departamentos quando dos processos de fusão/aquisição ou pela terceirização de alguns serviços, a exemplo das atividades de atendimento e informática¹³.

Há de se caracterizar, também, o Estado nesse contexto. Historicamente a administração pública sempre foi um grande empregador, exercendo até mesmo uma função anticíclica, notadamente quando do processo de urbanização datado da década de 70.

Todavia, com a mudança de paradigma ideológico no início dos anos 90 e o advento do chamado “Estado Mínimo” tal função social tem sido minimizada progressivamente. Assim, diversos ministérios foram extintos, bem como diversos órgãos da administração pública direta e indireta. Mais recentemente, o Governo tem iniciado um Programa de Demissão Voluntária -PDV’s, que concomitante ao arrocho salarial (aproximadamente 6 anos sem reajuste), só faz corroborar para a saída de funcionários do setor público.

Uma parte das atividades antes desenvolvidas pelo Estado está sendo provida por alguns órgãos privados sem fins lucrativos, ou seja, as mais recentemente conhecidas Organizações Não-Governamentais - ONG’s, embora, evidentemente, tais instituições não consigam neutralizar os impactos negativos da retração da atividade estatal¹⁴, que apesar

¹² Na RMS não há uma classe média significativa, uma vez que 50% das pessoas ganham até R\$ 240,00 e somente 10% ganham mais de R\$ 1.212,00 (Azevedo, 2000a).

¹³ Em 1985 havia, aproximadamente, 500.000 bancários em todo o Brasil. Neste ano o número gira em torno de apenas 90.000 funcionários (BANCOS priorizam abertura de pequenas agências, 24 jul. 2000).

¹⁴ Uma das explicações para a crise do Estado enquanto gerador de emprego no terciário (Melo, 1998b), seria o fato de que uma vez que as atividades de serviços são, de um modo geral, intensivas em trabalho, encontram-se dificuldades para a substituição deste fator e, conseqüentemente, há fortes barreiras ao avanço de produtividade. Nestas circunstâncias, a uniformização de salários reais na economia pressionou a estrutura de custos, ocasionando a chamada “crise do Estado de Bem Estar Social” das economias ocidentais.

das perdas

ainda se mantém como uma das principais empregadoras do setor de Serviços na RMS (10,7%).

Os Serviços Domésticos embora tenham sofrido uma redução no período em análise quando comparado com outros sub-setores (-2,8%), ainda constituem os maiores empregadores da região, sendo este decréscimo atribuído às chamadas *social innovations*, que através da penetração de eletrodomésticos, faz diminuir a demanda por esta atividade implicando na elevação dos denominados auto-serviços (*self-servicing*). Além disso, a maior pressão exercida pelos sindicatos e pela lei para a proteção dessa categoria tem induzido alguns patrões a substituir o trabalho das domésticas (principal ocupação neste segmento) pela ajuda mútua de toda a família nos afazeres do lar.

Quanto aos setores que expandiram sua participação na ocupação, pode-se afirmar que cresceram tanto os serviços intermediários, cujo comportamento está associado à demanda do setor industrial, quanto os serviços para o consumo (saúde, educação, entre outros) que evoluem de acordo com o nível de renda e a monetização da economia¹⁵.

Essa demanda do setor industrial decorre, fundamentalmente, da abertura comercial implementada pelo Governo Federal em março de 1991 que exigiu a adoção de rápido e profundo ajustes das empresas, centrado na redução dos custos e, sobretudo, nos custos do trabalho, um dos poucos espaços existentes para os empresários se adaptarem aos novos termos da competitividade capitalista, uma vez que a redução de outros custos relevantes - como o dinheiro e a infra-estrutura - não pode ser controlada pelos empresários individualmente, dependendo, pelo contrário, de mudanças na política econômica do governo e redefinição das formas de financiamento dos investimentos básicos necessários a um novo ciclo de expansão (Borges, 1996, p.73).

Observa-se desse modo, uma busca obsessiva pelo enxugamento dos quadros de pessoal, que tem sido alcançada de duas formas principais: através de mudanças gerenciais inspiradas no chamado modelo japonês e nos programas de qualidade total - que implicam em corte de níveis hierárquicos, na polivalência ou acúmulo de funções pelos empregados

(flexibilidade funcional) - e a transferência de parte das atividades para outras empresas e/ou para trabalhadores autônomos - processo de terceirização (uma das facetas da flexibilização quantitativa) (Cerqueira, 1998 e Borges, 1996).

Este ambiente concomitante às políticas cambiais, promoveu transformações de caráter mais permanente, do ponto de vista microeconômico, com a adoção de novas formas de gestão e padrões tecnológicos por parte das empresas, haja vista o aumento da competição internacional, que se tornou evidente para o Brasil, após a queda abrupta das alíquotas de importação, exigindo, portanto, que as empresas se reorganizassem (Borges; Filgueiras, 1995, p. 30).

Assim, a maior parte das grandes empresas brasileiras adotaram reestruturações organizacional e produtiva, que não incluíam apenas investimentos em equipamentos mais atualizados com o auxílio da informática, por exemplo, mas também a concentração de seu esforço na linha de produto de sua especialização (estratégia de foco) ou “atividades fins” da empresa, externalizando (terceirizando) a maioria de suas atividades complementares ou de apoio¹⁶, e adotando programas de Competitividade Industrial, Produtividade e Qualidade e Apoio à Capacitação Tecnológica, corroborando para o aumento do setor terciário via ampliação da demanda por serviços intermediários (Kon, 1997, p. 162-3).

Dessa forma, uma parcela considerável de atividades de empresas voltadas à produção primária e secundária consiste em serviços que através da terceirização passam a ser mensurados como gerados pelo setor de Serviços, mas que anteriormente eram incorporados aos demais setores.

Os outros segmentos de serviços que tiveram incremento da participação relativa na ocupação terciária dos soteropolitanos no período de 1987-88 e 1996-98 e suas prováveis causas foram (Almeida, 2000b, p. 59-61):

- Administração e comércio de imóveis: trata-se neste caso, sobretudo, do incremento de ocupações típicas de condomínio, resultante da maior segurança requerida em habitações coletivas (porteiros, vigias, zeladores etc.);
- Serviços de limpeza, vigilância e oficinas (exclusive reparação mecânica): a expansão

¹⁵A renda per capita da Bahia - em US\$ por habitante, a preços de 1997- cresceu 23,6% entre 1990 e 1997 (BAHIA em EXAME, 1999, p. 22).

deste segmento está fortemente vinculada à terceirização crescente dessas atividades;

- Serviços de comunicação e diversão: devido às imensas possibilidades abertas nos mercados relacionados à telecomunicação e/ou entretenimento, já possuindo peso importante na ocupação total da cidade (2,5%), com tendência a aumentar aceleradamente;
- Educação: segmento com taxa modesta de crescimento nos anos 90, mas importância cada vez maior, haja vista as necessidades de formação cada vez mais baseadas no conhecimento e na informação;
- Saúde: ramo com crescimento em aceleração em razão do envelhecimento relativo e absoluto da população de Salvador, bem como do aumento da renda per capita local, de forma que os serviços públicos e privados de saúde já ocupam cerca de 5% da população que trabalha na cidade; e,
- Serviços comunitários: segmento igualmente em expansão, que tende a ganhar ainda maior importância com o avanço de chamado “terceiro setor”.

Conforme exposto até aqui, pode-se inferir que houve uma melhoria do mercado de trabalho soteropolitano, uma vez que houve redução dos principais segmentos que historicamente ocuparam grande parcela da população e que não requerem, geralmente, alto nível de qualificação, oferecem ocupações temporárias e prestadas por pequenas e médias empresas ou trabalhadores autônomos, a exemplo dos Serviços Pessoais e dos Serviços Domésticos.

Entretanto, ao contrário do que se poderia pensar, o crescimento dessas atividades não se tem dado através de uma maior uniformização das ocupações e sim pela ampliação de uma gama de situações ocupacionais, notadamente as chamadas informais, cujas implicações e determinantes serão sucintamente tratados no capítulo seguinte.

¹⁶Como atividades contábeis, administrativas, de transporte dos produtos, de limpeza/faxina, de manutenção

3 EVOLUÇÃO RECENTE DA ECONOMIA BAIANA E OS IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE TRABALHO E O TERCIÁRIO SOTEROPOLITANO

A economia baiana tem passado por grandes transformações; transformações essas que, oriundas da esfera macroeconômica, afetaram o mercado de trabalho local, tendo sido não desprezíveis os rebatimentos sobre a evolução do pessoal ocupado por posição na ocupação.

Este capítulo descreve as principais mudanças relacionadas a esses aspectos na ocupação da Bahia em período recente, procurando aprofundar a discussão em torno do processo de informalização do trabalho na RMS, buscando para tanto na história recente do Brasil e da Bahia, algumas das causas do cenário ora vivido, sem esgotar, entretanto, a discussão, haja vista a complexidade crescente que se tem podido observar na discussão a cerca da configuração das novas ocupações urbanas.

Ao fim, busca-se relacionar a possível inter-relação existente entre informalização e terciarização, haja vista a hipótese existente em inúmeros trabalhos¹⁷ da estreita relação presente entre esses dois fenômenos.

3.1 ASPECTOS MACROECONÔMICOS

Nas décadas de 50 e 60, as economias ocidentais vivenciaram elevadas taxas de crescimento econômico. Nesse período, esses países eram dirigidos por políticas econômicas de cunho desenvolvimentista e pela aplicação sistemática das chamadas políticas de “*stop and go*”. Entretanto, a década seguinte revelou novos eventos, a exemplo do aumento das taxas de inflação, recuperações salariais acima dos níveis de produtividade, elevação do desemprego etc.

Em princípio imaginou-se que estes acontecimentos seriam transitórios, “(*...fruto de desajustes que impedem o livre funcionamento dos mercados*)”. Entretanto, o que se

de equipamentos, de alimentação para os funcionários, de publicidade, dentre outros

¹⁷ Ver Menezes e Fernandez (1998), Cardoso Junior e Fernandes (2000) e Santos (1998).

verificou foi uma intensificação da competitividade internacional que contribuiu, sobremaneira, para a redefinição do papel do Estado na economia (Menezes; Fernandez, 1998, p. 5-6).

É nesse momento, conforme argumentam Menezes e Fernandez (*ibid.*, p. 6), que as políticas keynesianas perdem força, sendo substituídas por políticas de cunho francamente liberais, ficando fora de contexto a necessidade de se alcançar o aludido pleno emprego, passando-se então a considerar natural o desemprego que começa a invadir os países.

A crise do sistema financeiro internacional e o ajustamento pelo qual passou a economia mundial na segunda metade dos anos 70, culminando com a queda do preço das *comodities* no mercado externo, encontraram o Brasil numa situação muito vulnerável, com sinais de esgotamento do padrão de crescimento econômico, baseado ainda nos investimentos realizados no Plano de Metas¹⁸.

A elevada utilização da capacidade instalada e a avaliação de que a crise econômica desencadeada nas economias industrializadas era temporária, levou o governo brasileiro a implementar um novo projeto de desenvolvimento, expresso no II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND, cujos objetivos eram: 1) o aprofundamento do grau de industrialização nacional que permitisse o crescimento econômico a longo prazo; 2) superação de pontos de estrangulamento na estrutura produtiva a fim de reduzir as pressões sobre o balanço de pagamentos; e 3) realização de investimentos em infra-estrutura (Dedecca; Montagner, 1995, p.8).

O plano deveria se assentar numa articulação entre o Estado, o capital nacional e o capital internacional. No entanto, a realização dos investimentos coube preponderantemente ao Estado que aproveitou as condições favoráveis do mercado financeiro internacional para obter os fundos necessários mediante captação que se deu, principalmente, pelo endividamento das empresas estatais.

As políticas do dólar realizada pelo FED (*Federal Reserve*) a partir de 1978 foram concebidas como instrumento básico do processo de reestruturação da economia americana, promovendo um expressivo enxugamento da liquidez existente no mercado financeiro internacional e elevação acelerada das taxas de juros (*ibid.*).

A dívida externa, neste contexto, se expandiu aceleradamente e não pôde mais ser negociada, a partir dos anos 80, nos termos da década anterior. A aceleração inflacionária e os sucessivos e mal sucedidos planos de estabilização, agregaram dificuldades crescentes às empresas, face ao cenário de instabilidade que promovia uma baixa capacidade de investimento por parte da iniciativa privada e redução da capacidade de financiamento do Estado, reduzindo o seu papel de “Estado - Empreendedor” (Oliveira, 1997, p. 39).

A economia brasileira na década de 80, a exceção dos anos de 1985 e 1986, passou assim por graves problemas estruturais, com rebatimentos negativos sobre o funcionamento do mercado de trabalho, agravando as condições de emprego e renda, sobretudo nas áreas urbanas. Nesse momento, o crescimento econômico provavelmente não tenha sequer acompanhado o crescimento da população ativa, fruto, sobretudo, da entrada de jovens e mulheres no mercado de trabalho, bem como dos processos migratórios em direção aos centros urbanos (Menezes; Fernandez, 1998, p.6).

No que tange à renda, essa sofreu reduções significativas ao longo da década, não em termos de perdas advindas da não ocupação, uma vez que as taxas de desemprego mantiveram-se em níveis bastante inferiores aos atuais, e sim, das ligadas ao processo distributivo, posto que o imposto inflacionário reduzia o poder de compra dos salários e reduzia as possibilidades de ganhos dos trabalhadores autônomos.

Quando Collor assumiu a presidência, em março de 1990, a inflação havia atingido a taxa de 81% a.m. Dentre as principais medidas de combate ao aumento sistemático de preços sobressaíram-se (Dornelles, 1991): 1) o congelamento de 80% de todos os depósitos de overnight, contas correntes ou de poupança que excedessem a Ncz\$ 50 mil por 18 meses; 2) eliminação de vários tipos de incentivos fiscais (para importação, exportação, agricultura, regiões Norte e Nordeste e a indústria de computadores); 3) liberação do câmbio e adoção de medidas para promover abertura da economia brasileira em relação à concorrência externa; e, 4) medidas preliminares para instituir um processo de privatização.

As políticas monetárias tiveram um rápido impacto sobre a economia. Houve, inicialmente, uma diminuição da liquidez, de forma que os meios de pagamento, como percentual do PIB, caíram de cerca de 30% para 9%, no primeiro mês. A queda na liquidez

¹⁸ De acordo com os Censos Econômicos, o emprego industrial brasileiro crescia a taxas médias anuais de aproximadamente 7,7% entre 1970 e 1975, reduzindo-se suas taxas para 5,2% a.a., no quinquênio seguinte

fez com que houvesse queda no nível de atividade econômica, notadamente na Indústria, desencadeando um processo de rápida racionalização das empresas em diversos sub-setores econômicos, principalmente aqueles mais intensivos em mão-de-obra (têxteis, calçados, brinquedos etc.) e mesmo para aqueles setores que, pela natureza de suas atividades, estão menos expostos à competição internacional, a exemplo da Construção Civil e da maior parte dos Serviços.

A atitude tomada pelas empresas decorreu, principalmente, do grau de instabilidade econômica que, frente a uma maior abertura externa e uma elevada taxa de juros, passava a ameaçar a própria sobrevivência. Portanto, a modernização através da racionalização dos custos, desverticalização produtiva, especialização das atividades econômicas passou a ser considerado o canal para a viabilização da sobrevivência empresarial, caracterizando claramente uma postura defensiva (Dedecca; Montagner, 1995, p. 9).

Ao contrário dos anos 80, quando a pressão pela modernização ficou, em grande parte, restrita às empresas com maior inserção no comércio exterior, no início da década de 90, a modernização tende a generalizar-se, pressionada pela maior concorrência externa.

As conseqüências desse rápido processo de reestruturação empresarial têm sido a redução dos níveis de emprego e renda, que debilitam a inserção dos diversos segmentos de trabalhadores no mercado de trabalho.

Com o retorno da inflação¹⁹, tornou-se latente a necessidade de se criar uma nova política anti-inflacionária. Sob este pretexto emergiu, em julho de 1994, o Plano Real que promoveu, dentre outras medidas, um processo de indexação dos preços, por meio da Unidade Real de Valor - URV; fixação da taxa de câmbio sobrevalorizada; ampliação da liberalização comercial e financeira do Brasil; e, taxas de juros elevadas.

No início do plano, o sucesso da estabilização de preços e o seu impacto redistributivo sobre o consumo geraram as condições propícias para uma expansão da economia. Segundo Gonçalves (1999, p. 56), entre 1993 e 1995 o número de pobres no Brasil caiu de cerca de 43,3 para 30,4 milhões de pessoas, sendo este “desaparecimento repentino” de 13 milhões de pessoas creditado, em grande medida, a um deslocamento para baixo da linha de pobreza como resultado da queda dos preços na cesta básica e pelo aumento da renda

(Dedecca; Montagner, 1995, p.8).

¹⁹ Em maio de 1993 a inflação brasileira estava em 30% ao mês (Bacha, 1997, p. 12).

real neste período, favorecendo a elevação do consumo das chamadas classes C, D e E tão carentes de bens de consumo duráveis e de primeira necessidade.

Entretanto, a partir de 1996 a população abaixo do nível de pobreza aumentou de 25% em 1996 para 28% em 1998. Dessa forma, os ganhos da população mais pobre ocorreram somente em 1994-96 e foram eliminados a partir de 1996 com a desaceleração da economia, transformada em recessão em 1998-1999.

A política de sobrevalorização do câmbio e elevação das taxas de juros fizeram com que os movimentos de capitais tornassem-se positivos. Tal fato fez com que o Governo acreditasse que o financiamento daí decorrente e o conseqüente “crescimento da economia”, tivesse como colorário a geração de emprego (Mattoso, 1999).

Entretanto a expansão do Investimento Direto Externo (IDE) não se refletiu com a mesma intensidade nas taxas de investimento.

TABELA 2 - Investimento Direto Externo x Taxa de Investimento em % do PIB - Brasil
1994/98.

Ano	IDE (US\$ milhões)	Taxa de Investimento em % do PIB
1994	1.971	15,3
1995	5.092	16,6
1996	9.976	16,0
1997	17.085	17,9
1998	26.110	17,4

Fonte: Mattoso, 1999, p. 119.

Esse fato estava associado à evidência de que parcelas expressivas do IDE dirigiram-se à compra ou fusão de empresas, resultante do processo de privatizações ou do próprio setor privado, conformando, dessa forma, um intenso deslocamento e desnacionalização do controle acionário das empresas, mas sem implicar em aumento da capacidade produtiva instalada (*ibid.*).

Além disso, a trilogia abertura econômica, sobrevalorização do câmbio e elevados juros faziam com que o crescimento macroeconômico se tornasse insustentável: quando se acentuava minimamente tinha que ser contido a fim de não piorar o completo descontrole do déficit comercial e da conta corrente do balanço de pagamentos, a exemplo do que mostra a Tabela 3.

TABELA 3 - Indicadores Econômicos Brasil - 1994/98

Ano	Taxa de Crescimento do PIB (em %)	Taxa de Desemprego (média anual)	Índice do Emprego Formal	Saldo Comercial (em US\$ milhões)
1994	5,9	5,1	100,0	10.466
1995	4,2	4,6	98,3	-3.353
1996	2,8	4,7	97,1	-5.539
1997	3,7	5,7	96,7	-8.372
1998	0,7	7,5	96,0	-6.300

Fonte: Adaptado de MATTOSO, 1999, p. 121 e 127.

Mesmo assim o governo preferiu manter a política econômica e segurar o crescimento já no primeiro mandato, tornando-o claramente insuficiente para assegurar a incorporação anual de cerca de 1,5 milhão de novos ingressantes no mercado de trabalho e ampliando sobremaneira as taxas de desemprego, mesmo quando a taxa de crescimento é maior que no ano anterior (Mattoso, 1999, p. 123).

Pode-se perceber também pela análise da Tabela 3 um fenômeno novo, apontado por inúmeros autores, que passa a vigorar na economia brasileira: as flutuações do emprego, que seguiam até a década de 80 os movimentos conjunturais da economia, se descola, na década de 90, da atividade econômica nos momentos de elevação de seu nível, permanecendo um atrelamento nos momentos desfavoráveis²⁰. O emprego passou então a diminuir nas baixas do nível de atividade econômica, não se elevando nos momentos de melhoria, conformando, dessa forma, os padrões de uso da mão-de-obra, com reflexos importantes sobre o mercado de trabalho.

3.2 MUDANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO

Desde março de 1991, a política econômica brasileira encontra-se voltada à reinserção da economia nacional ao cenário econômico mundializado. Nesse contexto, as empresas passaram a requerer novas formas de flexibilidade, que diferem daquelas propiciadas pelas facilidades de demissão e contratação típicas da década de 80.

²⁰ Dedecca e Montagner (1995); Menezes e Fernandez (1998).

Elas podem ser caracterizadas como sendo de dois tipos. A primeira é a flexibilidade funcional, expressa na polivalência dos empregados, resultando na intensificação da jornada de trabalho e, não raro, no aumento dos riscos provocados pela não-qualificação dos trabalhadores para o exercício das novas funções. No mercado de trabalho, essa flexibilidade se traduz em desemprego e na mudança do perfil do trabalhador exigido pelo mercado, com a exigência de novas habilidades e aptidões (Borges e Filgueiras, 1995, p.34-35; Menezes e Fernandez, 1998, p. 6).

No entanto, é na busca de flexibilidade quantitativa, ou seja, a possibilidade de, a um baixo custo, variar o número de empregados segundo a demanda, que se tem centrado o ajuste das empresas nos anos 90, de forma que, embora seja um fato bem aceito na literatura²¹, não deixa de ser surpreendente verificar que apesar da forte queda do produto nesse período, a taxa de desemprego aberto raramente ultrapassou o patamar de 5%²².

Essa flexibilização vem se efetivando como um novo padrão de “concorrência inter-capitalista”, cuja principal característica é a ampliação da intensidade do uso do capital, mas que para ser efetivada requer outros tipos de relações de trabalho, aqui expressas em termos de redução do pessoal fixo e precarização dos vínculos empregatícios. Tal expediente consiste numa forma de reduzir os custos relativos ao pagamento de salários e encargos com pessoal, além da possibilidade de transferência para uma série de outras empresas ou para trabalhadores autônomos, os riscos do mercado, prevenindo-se contra as oscilações da demanda e as incertezas do quadro macroeconômico (Deddeca; Montagner, 1995, p. 9).

Evidentemente, a magnitude e a forma dessa flexibilização vem se realizando de forma diferenciada a depender da inserção da empresa no mercado internacional, de seu tamanho, do(s) mercado(s) em que atua, das características do padrão de concorrência setorial, da estrutura ocupacional e da ação sindical, entre outros.

Entretanto, o que vale ressaltar é que essa reorganização geralmente se traduz em uma crescente fragilização do mercado de trabalho brasileiro, onde aliás as empresas sempre

²¹ Ver Pero (1997) e Amadeo, Pero e Meyer (1996).

²² Na Europa, o ajuste tem resultado, principalmente no desemprego, ao passo que nos EUA prevalecem a redução de salários e a perda de qualidade dos postos de trabalho. O Japão, cujo modelo de firmas tornou-se a principal matriz a referenciar a reestruturação do capitalismo em escala mundial, ainda consegue manter baixas taxas de desemprego, na bem sucedida combinação de competitividade com pleno emprego, mas já

tiveram grande liberdade para contratar e demitir (*ibid.*; Borges e Filgueiras, 1995).

Assim, é principalmente neste processo, hoje disseminado na economia brasileira, que vêm se acentuando os elementos da precariedade que estruturalmente marcaram o mercado de trabalho no Brasil e, mais ainda, na RMS. Num contexto, conforme assegura Borges e Filgueiras (1995, p. 35), caracterizado pela superoferta de mão-de-obra, por um baixo grau de organização dos trabalhadores, tem sido fácil romper a frágil proteção social do mercado de trabalho, generalizando-se, diretamente ou através da “cascata da subcontratação”, os vínculos empregatícios sem carteira assinada, temporários, por experiência, por empreita etc. E, ainda, várias formas de “quase-emprego” ou de “emprego disfarçado” como prestação de serviços, consultorias, estágios etc.

Este ajuste dos anos 90, conforme conclui aqueles autores, vem interromper o frágil processo de estruturação do mercado de trabalho regional e de crescimento da parcela de ocupados submetidos a vínculos empregatícios formalizados que vinha ocorrendo nas últimas décadas²³ e reforçar aqueles elementos estruturais do mercado de trabalho brasileiro até pouco tempo atrás associados ao atraso e vistos como componentes negativos de nosso modelo de desenvolvimento: o desemprego disfarçado, o emprego precário, a desproteção social, a insegurança e a exclusão de amplas camadas de trabalhadores dos espaços produtivos que garantem alguma estabilidade e previsibilidade no acesso à renda e benefícios.

3.3 A REDUÇÃO DO EMPREGO ASSALARIADO COM CARTEIRA - UMA “NOVA” CONFIGURAÇÃO OCUPACIONAL

3.3.1 Informalidade: a origem do termo

Existe muita controvérsia a cerca do conceito e do papel desempenhado pelo mercado de trabalho informal na economia capitalista. Para alguns o trabalho informal e precário subsiste em economias subdesenvolvidas ou em desenvolvimento; para outros, este segmento constitui uma alternativa de sobrevivência existente mesmo em economias

apresenta claros sinais de esgotamento desta estratégia (Menezes; Azevedo, 1995 *apud* Borges; Filgueiras, 1995, p. 36).

²³ Embora tenha havido expansão na década de 80 de ocupações por conta-própria e sem carteira, 60% do aumento da ocupação ocorrida neste período foi representada por crescimento do emprego formal (Borges, 1994).

consideradas desenvolvidas (Braga; Fernandes, 1999, p.27).

A generalização do emprego do termo informal não é nova, remontando à década de 70, quando foram publicados estudos sobre a economia do Quênia.

Segundo consta, havia sido identificada naquela economia um conjunto de ocupações que, embora surgidas no bojo do processo de crescimento econômico, não podiam ser consideradas como pertencentes ao setor moderno por que: “(...) *não eram organizadas em base de trabalho assalariado e o nível de remuneração, em muitos casos, era apenas ligeiramente superior àquele do setor tradicional*” (Cacciamali, 1989, p. 10).

Haveria, assim, um setor “informal” que congregaria os excedentes de mão-de-obra nas áreas urbanas que, em busca da sobrevivência, abriam pequenos negócios como estratégias de sobrevivência.

O argumento de que o setor informal, em princípio, seria característico de países em desenvolvimento decorre do fato dessas atividades:

- Utilizarem pouco capital e absorverem, no agregado, grande quantidade de força de trabalho;
- Refletirem de forma mais próxima a dotação de fatores dos países pobres;
- Permitirem o acesso da força de trabalho não ou semi qualificada perante os requerimentos do mercado formal;
- Não pressionarem o balanço de pagamentos, utilizando matérias-primas domésticas; e
- Representarem um espaço para o desenvolvimento de tecnologias adaptadas (Cacciamali, 1989)

Além disso, esses estabelecimentos, que também compreendiam o conjunto de atividades e de trabalhadores por conta-própria, apresentariam três características adicionais: 1) atuavam em mercados competitivos; 2) não tinham acesso a linhas oficiais de crédito; e 3) não eram objeto de políticas governamentais (*ibid.*).

Inúmeros estudos foram efetuados para se entender as possíveis causas do crescimento dessa posição ocupacional, de forma que diversos motivos foram apontados, dentre eles: 1) o aumento da força de trabalho urbana desproporcional à capacidade de absorção dos segmentos modernos, impondo que parcelas expressivas de população ativa se

mantivessem em ocupações de baixa produtividade, fora das relações de trabalho assalariado com proteção social e negociação coletiva; e, 2) quando da edificação do processo industrial dos

países subdesenvolvidos, não havia se produzido uma organização do Estado e da sociedade que atacasse os problemas estruturais que caracterizavam esses países, notadamente, a questão agrária e as políticas sociais (Dedecca; Baltar, 1997).

A partir da década de 70 e 80 observa-se, entretanto, uma nova forma de ver o setor informal. Nesse momento, estabelece-se que o que caracteriza o informal urbano é a não separação entre o capital e o trabalho; o emprego de membros da família ou de ajudantes; além da participação do produtor enquanto patrão e empregado.

Passa-se, também, a admitir que o trabalhador do segmento informal teria uma maior apreensão da totalidade do processo produtivo, de maneira que muitos deles se inseriam nesse segmento não por não ter obtido êxito nas tentativas de ingresso no mercado formal ou por ter sido expulso desse e sim voluntariamente, de maneira que os seus níveis de satisfação e de continuidade nesse mercado seriam bem maiores do que para os demais trabalhadores aí admitidos.

Concomitante a esses fatos, observou-se também que as atividades econômicas realizadas em pequena escala que, num passado remoto se reproduzia, principalmente, por meio da transferência de renda do setor moderno, em espaços mercantis que não ofereciam perspectivas de lucros ou que não eram passíveis de exploração pela grande empresa capitalista, com a crise e/ou reestruturação produtiva dos anos 70, deixam esse papel auxiliar e residual, razão da combinação crescimento incipiente ou lento com êxodo rural, passando a constituir uma alternativa de ocupação: fosse para os trabalhadores assalariados de baixa qualificação expulsos do segmento organizado; fosse ao estimular a formação de pequenos negócios sob a responsabilidade de ex-assalariados de melhor qualificação, cuja atividade fim é a prestação de serviços ou o fornecimento de produção ao setor organizado; ou fosse ainda ao desenvolvimento de atividades voltadas para os serviços que emergem do novo estilo de vida que vai estabelecendo a configuração produtiva (*fast-food*, assistência técnica na área de informática etc.) (*ibid.*, p. 73-74).

De qualquer forma, quase nesse mesmo período, um outro fenômeno ganhou destaque, notadamente nos países desenvolvidos, qual seja, o crescimento das empresas que não cumpriam algumas regulamentações institucionais, fossem elas fiscais, trabalhistas ou de outra natureza.

O surgimento deste conjunto de atividades, que na literatura especializada recebeu a denominação de economia submersa (ou subterrânea ou invisível), deve-se, segundo alguns analistas²⁴, à intensa regulação e carga tributária sobre as empresas, acrescido de uma série de dificuldades que muitas empresas encontram para se instalar, a exemplo da extensa burocracia, necessidade de rede de contatos sociais, ausência de moralidade fiscal por parte de alguns funcionários do governo, além de uma extensa lista de licenças e taxas requeridas.

3.3.2 Algumas considerações sobre a problemática na década de 90

A informalização das ocupações, quer vista pelo prisma das relações capital x trabalho, quer vista pelas ocupações “ilegais” ante a legislação trabalhista, conforme visto na seção anterior, constitui o grande eixo de transformações observado no mercado de trabalho brasileiro e, como não poderia deixar de ser, no soteropolitano, que não passou incólume por esse processo. Uma característica básica de seu desempenho durante a década de 80 foi o seu retardamento em relação a performance nacional. Na recessão da década passada, a implantação do COPEC, cujos produtos se voltaram basicamente para o exterior, amenizou a crise do trabalho a nível estadual.

Já a partir da segunda metade, as tendências estaduais e nacionais começam a convergir, de forma que a Bahia já não apresenta o mesmo crescimento anterior. No final desse período (1989), segundo a PNAD, apenas 51,4% dos ocupados na região eram empregados com carteira assinada e a RAIS elencava apenas 623.621 postos de trabalho formalizados, para uma população ocupada de 985.343 e uma PEA de 1.054.270 pessoas (Borges, 1996, p. 73).

Essa baixa capacidade de geração de empregos socialmente protegidos na economia é típico das grandes capitais brasileiras, notadamente na década de 90, embora seja condicionada por causas diversas e possuindo magnitudes diferentes a depender da região.

²⁴ A exemplo de Cacciamali (1989) e Fernandes (1996).

A Tabela 4 apresenta bem esse comportamento.

TABELA 4 - Posição na Ocupação por Regiões Metropolitanas - 1991/99.

Região Metropolitana	Posição	1.991	Particip. (%)	1.999	Particip. (%)
Belo Horizonte	Assalariado com Carteira	51.666	52,0	45.066	45,6
	Assalariado sem Carteira	21.006	21,1	26.565	26,9
	Conta-Própria	21.448	21,6	22.486	22,8
	Empregador	5.282	5,3	4.714	4,8
	Total	99.402	100,0	98.831	100,0
Porto Alegre	Assalariado com Carteira	55.266	56,0	47.925	48,5
	Assalariado sem Carteira	17.888	18,1	23.141	23,4
	Conta-Própria	20.751	21,0	22.719	23,0
	Empregador	4.854	4,9	4.995	5,1
	Total	98.759	100,0	98.780	100,0
Recife	Assalariado com Carteira	46.052	46,8	37.335	38,0
	Assalariado sem Carteira	24.740	25,1	29.950	30,5
	Conta-Própria	24.140	24,5	27.460	28,0
	Empregador	3.449	3,5	3.477	3,5
	Total	98.381	100,0	98.222	100,0
Rio de Janeiro	Assalariado com Carteira	50.399	50,7	41.515	41,8
	Assalariado sem Carteira	23.186	23,3	26.401	26,6
	Conta-Própria	21.891	22,0	27.443	27,7
	Empregador	3.868	3,9	3.866	3,9
	Total	99.344	100,0	99.225	100,0
Salvador	Assalariado com Carteira	51.033	51,3	44.797	45,0
	Assalariado sem Carteira	21.207	21,3	24.797	24,9
	Conta-Própria	23.990	24,1	26.717	26,9
	Empregador	3.164	3,2	3.148	3,2

	Total	99.394	100,0	99.459	100,0
	Assalariado com Carteira	53.316	56,4	46.565	47,1
	Assalariado sem Carteira	19.008	20,1	26.649	26,9
São Paulo	Conta-Própria	17.335	18,3	20.589	20,8
	Empregador	4.847	5,1	5.091	5,1
	Total	94.506	100,0	98.894	100,0

Fonte: PME, IBGE. Elaboração Própria.

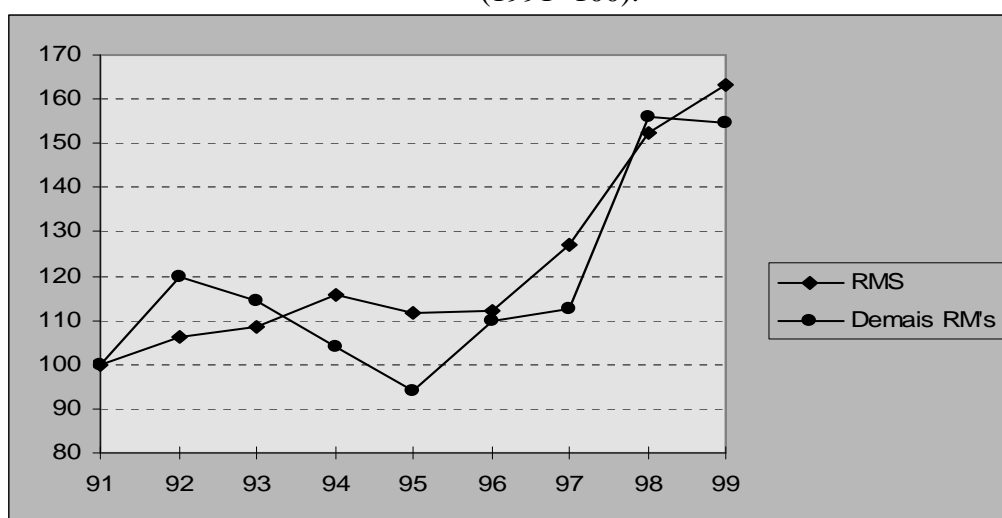
Conforme se depreende da Tabela 4, todas as regiões sofreram queda relativa da participação dos Assalariados com Carteira (ACC) e ampliação das ocupações ditas informais (aqui expressa pelos Assalariados sem Carteira - ASC e pelos Conta-Própria - CP).

A região que sofreu maior redução percentual na participação relativa dos ACC foi a de São Paulo (9,3 pontos), seguida do Rio de Janeiro (8,9 pontos), Recife (8,8 pontos), Porto Alegre (7,5 pontos), Belo Horizonte (6,4 pontos) e Salvador (6,3 pontos).

A RMS, desta forma, foi a que menos perdeu ocupações protegidas proporcionalmente às demais RM's. Esse fato pode estar associado à participação já pouco expressiva dos assalariados com carteira na estrutura ocupacional baiana, fenômeno esse que, segundo alguns (Borges, 1996, p. 73), deve estar associado ao perfil da sua indústria (capital intensivo e poupadora de mão-de-obra) e da exiguidade do mercado consumidor regional que seria pouco atrativo para investimentos com maior capacidade de absorção de mão-de-obra, como a indústria de bens finais e para atividades cujo dinamismo está fortemente vinculado à expansão dos estratos de renda média, como alguns serviços.

Assim, era de se esperar que somente se elevasse a taxa de desemprego, tal como ocorrera, de fato, em toda a década de 90. Essa explosão do número de desempregados é comum a todas regiões metropolitanas, destacando-se Salvador pela intensidade dos movimentos, conforme se depreende do Gráfico 2.

GRÁFICO 2 - Números - Índices do Desemprego na RMS e nas demais RM's - 1991/99
(1991=100).



Fonte: PME, IBGE, diversos anos. Elaboração Própria.

Porém, passou-se a verificar também que houve queda na Taxa de Participação²⁵, de maneira que parte do pessoal deslocado da produção movimentou-se para a inatividade econômica, reduzindo, portanto, a pressão da oferta de trabalho sobre o mercado.

Essa queda na taxa de participação poderia denotar uma melhoria no bem-estar social se ela se concentrasse entre os jovens e os mais velhos, indicando que mais tempo estaria sendo dedicado à formação prévia para o ingresso no mercado de trabalho, bem como uma aposentadoria mais tranqüila, sem a necessidade de se continuar trabalhando. No entanto, se é verdade que nas faixas etárias dos extremos da PIA há uma redução da atividade econômica, na faixa correspondente ao núcleo do mercado de trabalho (18-64 anos) essa taxa tem crescido. Isso pode indicar que as pessoas do núcleo principal do mercado de trabalho, permanecendo economicamente ativas, enfrentam mais dificuldades para encontrar ocupações, especialmente em uma situação de extremadas taxas de desemprego

²⁵ Relação entre População Economicamente Ativa (PEA) e População em Idade Ativa (PIA).

e aumento das formas precárias de inserção no mercado de trabalho (Azevedo, 2000b, p. 60-1).

Quanto a esse último aspecto, verifica-se que a participação do Assalariados sem Carteira e dos Conta-Própria na RMS aumentou de 45,4% em 1991 para 51,8% em 1999, ou seja, mais da metade da ocupação regional. Desses, os que mais se elevaram no período foram os ASC.

Para alguns autores o aumento da participação relativa dos assalariados sem carteira se deve na década de 90, sobremaneira, aos encargos impostos pela legislação trabalhista. Esses encargos contribuiriam para elevar o custo do trabalho e, portanto, os custos do produto brasileiro, reduzindo, conseqüentemente, o grau de competitividade das mercadorias nacionais, inibindo o crescimento das empresas. Prova disso, é que o grande movimento de crescimento dos assalariamento sem carteira se deu entre 1990 e 1992, período no qual são notórios os esforços que as empresas tiveram que empreender para se manter num mercado competitivo sem ter se preparado *a priori* para isto.²⁶

Entretanto, de acordo com Ribeiro (2000, p. 4), não parece ter muito sentido atribuir aos encargos sociais a responsabilidade pela retração no emprego formal, pois (citando Santos, 1996):

(...) comparando com a participação dos encargos sociais no custo total de mão-de-obra da indústria manufatureira de vários países, nota-se que o peso dos encargos sociais no Brasil (cerca de 20% do custo de mão-de-obra) é menor do que na Itália, Bélgica, França e Espanha. Está no mesmo patamar da Alemanha, Estados Unidos, Portugal e Grécia e acima do referente a Luxemburgo, Irlanda, Japão, Grã-Bretanha e, principalmente, Dinamarca.²⁷

Assim, pode-se dizer que recai, principalmente, sobre o processo de reestruturação produtiva e a ausência de uma crescimento auto-sustentado as causas da queda do assalariamento formal na década de 90. Esse último, inclusive, figura com papel de destaque, uma vez que o crescimento econômico é condição precípua à criação de empregos, pois no momento em que o empresário decide o nível de produção, conforme já argumentava Keynes, também decide o nível de empregos, uma vez que essa decisão de produção leva em consideração as expectativas quanto ao ambiente econômico (*ibid.*, p. 4-

²⁶ Ver a esse respeito Ribeiro (2000).

²⁷ Em termos absolutos, enquanto o gasto com encargos sociais por hora trabalhada supera US\$ 5,00 na Alemanha, US\$ 4,50 na Itália e na França e US\$3,00 nos Estados Unidos, no Brasil representa apenas US\$ 0,62 por hora (Santos e Pochmann, 1999 *apud* Ribeiro, 2000).

5).

De qualquer forma, o setor informal já representa, uma fatia bastante generosa em diferentes regiões, sendo objeto de estudo e de especulações diversas. Em geral os enfoques utilizados vêm a informalização das ocupações como uma doença social a ser eliminada com o avanço capitalista ou, sob um ponto de vista oposto, como um mal necessário e funcional ao próprio sistema.

Neste caso, as atividades informais funcionariam como estratégias de que tanto o trabalhador lança mão para sobreviver como o capital se vale para reproduzir.

Muitos autores procuram desmentir a conotação negativa que surge quando se fala do setor informal, seja pela ótica das relações de trabalho, seja pela ótica da “invisibilidade” ante a legislação trabalhista. Para eles, a informalização constitui-se numa forma legítima de se empregar uma grande massa de trabalhadores expulsos do segmento formal (ou mesmo para aqueles que sequer conseguiram obter uma ocupação formalizada), num mercado cada vez marcado pela grande empresa multi, ou mesmo, transnacional de produção “enxuta”.

Para Barros, Camargo e Firpo (1998), por exemplo, o aumento do setor informal não significa necessariamente precarização do trabalho, pois as remunerações obtidas por esse segmento tem crescido mais que as remunerações dos assalariados com carteira. Esse fenômeno é apresentado também por Ribeiro (2000), conforme apresentado na Tabela abaixo²⁸:

TABELA 5- Rendimentos médios reais da população ocupada não agrícola no Brasil, segundo posição na ocupação - 1992/1997/1998*.

Distribuição da população Segundo posição na ocupação	Rendimento médio real – 1992	Rendimento médio real - 1997	Rendimento médio real - 1998
Assalariados com carteira	466,85	577,68	579,82
Assalariados sem carteira	172,84	280,58	288,30
Conta-Própria	362,46	555,62	534,17

Fonte: Ribeiro, 2000, p. 6

²⁸ Existem inúmeros critérios para se avaliar a qualidade de um emprego, a exemplo de jornada de trabalho, satisfação no ambiente de trabalho, existência de planos de carreira, dentre outros. Tomando-se por base a Teoria das Relações humanas, admite-se aqui que o principal incentivo de um trabalhador são as recompensas econômicas aqui expressas em termos de rendimentos. Segundo essa mesma teoria, as chamadas recompensas sociais são mais interessantes, de um modo geral, àqueles de maior poder aquisitivo, para os quais a utilidade marginal de um aumento de salário é menor do que para um trabalhador que esteja em posições inferiores (Chiavenato, 1997, p. 54-80).

* Valores deflacionados pelo INPC com base em setembro de 1998.

De acordo com a Tabela 5, o rendimento dos assalariados com carteira, sem carteira e conta-própria cresceram, entre 1992 e 1997, respectivamente, 23,73%, 62,3% e 53,79%.

Por que haveria esse crescimento de rendimentos em favor dos Conta-Própria?

De acordo com Salm (1998, p. 2) esse fenômeno decorreria de um mero efeito estatístico chamado efeito composição. Isto se daria da seguinte forma: quando um número crescente de pessoas são lançadas no mercado de trabalho, caso consigam remunerações que de alguma forma correspondam ao que recebiam nos postos perdidos, fica latente que eles irão elevar a média das remunerações do setor informal. Assim, o aumento dos rendimentos médios dos trabalhadores por conta-própria pode ser atribuído a ampliação dos contingentes de rendas mais altas decorrente do movimento de transferência de assalariados mais qualificados e mais bem remunerados para o setor informal (Ribeiro, 2000, p. 6-7).

Além disso, após 1997 o principal sustentáculo dessa tese foi derrubado, uma vez que entre 1997 e 1998 o ritmo do crescimento médio real sofreu uma queda em todas as categorias ocupacionais. Em particular, no caso dos trabalhadores por conta-própria, pois em vez de crescimento do rendimento real ocorreu uma variação negativa de cerca de 3,86% no período analisado (*ibid.*, p. 8).

Para Salvador esse argumento é ainda mais falho. Segundo Azevedo (2000b, p. 62-3), apesar da queda dos diferenciais entre os rendimentos médios dos trabalhadores formais e informais, Salvador termina a década com uma maior separação entre os dois tipos de vínculos trabalhistas, o que pode indicar um maior grau de segregação entre os dois tipos de mercado na região, em relação a outros locais. O efeito redutor da discrepância dos rendimentos, conforme o autor, diminui de intensidade depois da implantação do Plano Real, apresentando novamente um aprofundamento dessa clivagem nos últimos anos da década.

Na literatura brasileira sobre o mercado de trabalho são muitos os estudos que se debruçam sobre esses diferenciais de salários entre o núcleo estruturado e o não estruturado.²⁹ Todos eles concluem que a condição de não arbitragem em mercados

²⁹ Ver Barros, Rodrigues e Reis (1989) e Pero (1992).

competitivos deveria gerar um diferencial compensatório para os trabalhadores sem registro em carteira, no montante exato que estes avaliam os benefícios relacionados ao registro em carteira. Entretanto, eles concluem que os salários dos trabalhadores com registro em carteira são significativamente mais elevados, mesmo quando controlados por uma série de características individuais (em especial educação, idade e gênero), região de residência e

ocupação.

Num estudo feito para o Rio de Janeiro e São Paulo por Amadeo, Pero e Meyer (1996), verificou-se que os salários médios reais no Rio eram mais baixos do que os de São Paulo, sendo tal fato atribuído, principalmente, pela maior proporção de trabalhadores sem carteira e por conta-própria no Rio. Isso ratifica o que outras pesquisas demonstram, ou seja, que no Brasil o segmento do mercado de trabalho que registra o salário médio mais baixo é o de trabalhadores por conta-própria, e a maioria desses trabalhadores não está satisfeita com a sua forma de inserção no mercado de trabalho.

Assim, pode até constituir-se num fato que esse setor representa um espaço positivo para a força de trabalho e obtenção de renda, mas apenas para um pequeno segmento da PEA e em momentos de expansão da atividade econômica, quando a maior demanda de trabalho no segmento formal faz com que a pressão sobre os segmentos informais diminua, de forma que há um aumento nos seus rendimentos, de forma que o crescimento do “empreendedorismo”, principalmente na década de 90, se deu mais por força da necessidade de ocupação e, conseqüentemente, via precarização do mercado de trabalho.

Embora, conforme argumenta Almeida (2000a, p. 98-99), seja um fato que existem estratégias bem sucedidas de inserção ou ascensão social do empreendedorismo informal, com algumas microempresas com até cinco empregados de Salvador faturando mensalmente valores superiores ao salário médio e/ou à renda mediana da população soteropolitana com vínculos formais, a grande parcela dos microempresários investigados são muito pobres, com faturamento inferior a R\$ 500,00 (cerca de 20 a 25%) e/ou rendimentos pessoais menores que R\$ 250,00 (cerca de 35 a 40%).

Segundo Borges (1994, p. 19), a idéia de que o emprego sem carteira e as várias formas

de trabalho não-assalariado escondem uma economia informal pujante e capaz de dar conta dos excedentes de mão-de-obra não absorvidos no segmento mais organizado da economia, não se sustenta. Isto porque, embora:

(...) existam no mercado de trabalho, para uma mesma ocupação, posições que permitem aos trabalhadores por conta-própria atingir rendimentos superiores aos auferidos pelos empregados com carteira assinada, elas são numericamente reduzidas quando comparadas com o contingente de trabalhadores nestas atividades e exigem, para sua ocupação, pré-requisitos de várias ordens: qualificação - não apenas nem necessariamente no sentido de escolaridade, rede de relações, conhecimento do mercado, determinados atributos pessoais e, não raro, recursos financeiros. Pré requisitos estes que são acessíveis apenas para uma parcela dos trabalhadores.

3.4 TERCIARIZAÇÃO E INFORMALIZAÇÃO: UM PROCESSO IMBRICADO?

A idéia de que o processo de terciarização e informalização são “imbricados” é antiga e remete-se aos estudos relativos ao processo de industrialização da América Latina. Segundo aqueles, as diversas experiências de industrialização ocorridas no pós-guerra na região promoveram expressivas mudanças nos perfis de emprego e renda da população local. Todavia, não possibilitaram a superação dos problemas sociais “estruturalmente existentes”, a exemplo do que ocorrera nos países europeus durante o mesmo período, uma vez que não incorporava o excedente populacional que se dirigia para o meio urbano (Dedecca, 1992, p.25).

Durante os anos 60 e 70, em que pese a defasagem entre a oferta e a demanda de trabalho, o “desemprego aparente ou disfarçado” não aumentou tão rapidamente quanto teria feito supor o ritmo do êxodo rural. Era, então, preciso explicar como os desempregados podiam subsistir na cidade. As explicações parciais pelo parasitismo (um trabalhador sustenta vários não trabalhadores) mostraram-se geralmente infundadas. Assim, é que se verificou que existia um setor informal mal-estruturado e pouco conhecido, que desempenhava uma função essencial de absorção de migrantes (setor transacional) via criação de empregos uma vez que a ausência de uma tradição de trabalho assalariado da população que migrava do campo facilitava a sua inserção direta no setor informal (Hugon, 1997, p. 33).

A conseqüência imediata desta industrialização insuficiente foi, em grande parte, o crescimento “espúrio” das atividades terciárias urbanas, uma vez que essas constituíam-se no “escoadouro” do excedente de mão-de-obra produzido pelo desenvolvimento econômico.

O crescimento do terciário era concebido como resultante da influência de três fatores: (a) Da aceleração da urbanização promovida pela industrialização que ampliava as atividades mercantis já existentes no período da economia agro-exportadora; (b) Da criação de novos serviços condicionada pela montagem do sistema industrial urbano; e (c) Do crescimento das atividades do setor público, como decorrência da urbanização. (*ibid.*, p. 25)

Assim, acabaram por coexistir nestas localidades estruturas arcaicas com estruturas modernas de produção. O conjunto destas estruturas arcaicas e da mão-de-obra aí alocada sustentou as formulações presentes na controvérsia da marginalidade e na idéia do setor informal urbano que foram amplamente discutidas pela Escola Estruturalista ou “Cepalina”.

Segundo esta, o processo de terciarização latino-americana seria decorrente de um processo de urbanização e industrialização tardios, promovendo a existência de um setor “dual”, haja vista que algumas atividades se beneficiaram da chamada revolução microeletrônica e outras ainda utilizam técnicas tradicionais de produção (Andrade, 1995). Neste sentido, “(...) *grande parcela das atividades tradicionais de serviços seria a única possibilidade de ocupação de amplos setores da população, portadores de baixa qualificação, significando, conseqüentemente, subemprego e exclusão social*” (Melo, 1998b, p. 2).

O processo de terciarização dos países latino-americanos foi, desta forma, visto por muitos como uma anomalia ou insuficiência do avanço de sua industrialização, enquanto que nos países desenvolvidos ele era compreendido como um indicador de modernidade e progresso daquelas economias, uma vez que nos primeiros ocorre o progresso técnico na tentativa de “queimar” etapas do caminho do desenvolvimento, no sentido de se aproximar do nível técnico de países mais avançados com o intuito de concorrer nos mercados externos e/ou ainda, como simples efeito “demonstração”.

De qualquer forma, pode-se afirmar que processou-se na RMS, notadamente a partir da crise recessiva dos anos de 1990, um movimento não desprezível de terciarização da ocupação e informalização das relações de trabalho que fora rapidamente caracterizado nas seções anteriores. Muita discussão existe em torno dos temas, não sendo raro, conforme dito anteriormente, as indicações de que ambos os fenômenos fazem parte de um processo mais abrangente de desestruturação relativa do mercado de trabalho.

Esse movimento de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro e também da

RMS é um fenômeno de ampla complexidade conceitual, mas que poderia ser empiricamente caracterizado pelos seguintes aspectos de acordo com Cardoso Júnior e Fernandes (2000, p. 13-4):

- Pelo aumento do peso dos setores terciários na ocupação total, exercendo ainda grande importância setores como Serviços Domésticos e Comércio de Mercadorias, as quais surgem, em grande escala, mais por força das condições de oferta excedente de mão-de-obra do que por pressão da demanda por trabalho;
- Pelo aumento concomitante da participação das categorias ocupacionais consideradas atípicas ou informais, num mercado de trabalho tipicamente capitalista, quais sejam, os trabalhadores assalariados sem carteira, os trabalhadores autônomos ou conta-própria;
- Pelo aumento das taxas de desemprego aberto em período recente, fortemente relacionado à estratégia de abertura externa da economia, bem como à trajetória persistentemente recessiva do produto doméstico; e,
- Pela piora distributiva tanto em termos funcionais - desigualdade na repartição da renda entre rendimentos do capital e do trabalho -, como em termos pessoais - desigualdade na repartição dos rendimentos do trabalho.

Nesse sentido, seria plausível sustentar a hipótese de elo de ligação entre os dois fenômenos, haja vista que na persistência de um contexto macroeconômico marcados por baixas taxas de crescimento do produto interno, tendo os agentes a percepção de trata-se de uma trajetória duradoura, e considerando ainda a precariedade das políticas de proteção social ao desempregados (seguro-desemprego), a dinâmica de geração de postos de trabalho passa a depender relativamente mais das condições de oferta (estrutural e excedente) do mercado de trabalho do que das condições de demanda.

Isso ajudaria a explicar, inclusive, o motivo pelo qual, no bojo do processo de terciarização, mesmo crescendo a participação de ocupações “superiores” (educação, saúde, serviços auxiliares e especializados), a informalização cresceu consideravelmente.

Não pretende-se com isso assegurar que terciarização necessariamente leva à informalização e condições precárias de trabalho como o fazem algumas análises precipitadas. O que se evidencia é que o crescimento do Setor de Serviços a partir da década de 80 e, principalmente, na década de 90, deu-se de modo extensivo pelo

crescimento de formas de inserção precárias. Entretanto, concorda-se aqui com o argumento, que tem na pesquisadora Anita Kon a principal defensora, e que é o seguinte, a saber:

(...) a reestruturação produtiva que se iniciou no Brasil no final da década de 80, coincidiu com um período crítico da economia nacional, na forma de desajustes macroeconômicos e acelerada inflação. Desse modo (...) o processo paralelo à reestruturação produtiva, representado pela geração de serviços mais sofisticados e empregos mais qualificados, não ocorreu na velocidade necessária para diminuir a defasagem em relação aos países mais desenvolvidos (Galvão, 1998, p. 29).

Espera-se, assim, que o país e, conseqüentemente a RMS, tenha condições de gerar novos postos de trabalho de melhor qualidade, não apenas no setor de Serviços como nos demais, quando o processo de estabilização econômica estiver mais consolidado e a taxa econômica crescer em níveis mais elevados.

Uma vez que mesmo nesse contexto adverso da década de 90 alguns ocupados em Serviços conseguiram manter-se numa ocupação formal, cabe saber o que esses trabalhadores tinham de “especial”, aspecto esse que será desenvolvido no próximo capítulo.

4 A POSSE DE CARTEIRA ASSINADA NO SETOR DE SERVIÇOS DA RMS: UM ESTUDO SOBRE OS DETERMINANTES

Este capítulo procura determinar o que os trabalhadores que permaneceram com uma ocupação formal na década de 90 no setor de Serviços da RMS tinham de “especial”, uma vez que o emprego da mão-de-obra por este segmento deu-se no período sob estudo pelo incremento, sobretudo, das ocupações ditas informais. Antes, porém, busca-se descrever algumas características do setor de Serviços tomando-se por base a variável Posição na Ocupação. Os resultados expostos tem como base de dados a Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED.

A PED coleta informações mensalmente através de entrevistas com moradores de dez anos de idade ou mais, em 2.200 domicílios da RMS, resultando na aplicação de cerca de 7.000 questionários por mês na área urbana dos dez municípios que compõem essa região: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

A PED/RMS é uma iniciativa do Governo do Estado da Bahia - SEI, órgão da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC e da Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETRAS, em parceria com o DIEESE, Fundação SEADE e Universidade Federal da Bahia, através da Faculdade de Ciências Econômicas. Esta pesquisa é atualmente desenvolvida em mais cinco regiões metropolitanas do país (Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife e São Paulo).

Os elementos empíricos foram destacados através dos únicos dados disponíveis sobre a década de 90 e que foram coletados entre outubro de 1996 e dezembro de 1999, período no qual já haviam ocorrido, grosso modo, os grandes movimentos que marcaram o mercado de trabalho baiano na década de 90, quais sejam, a acomodação das taxas de desemprego em

níveis considerados elevados e o crescimento das ocupações não-protégidas (conta-própria e sem carteira).

A PED dispõe de informações relativas à 247.414 casos no período de 1996/99, sendo que após selecionados unicamente os ocupados no setor de Serviços a amostra passou a representar 61.899 casos.

4.1 DIFERENÇAS NA INSERÇÃO DOS OCUPADOS SEGUNDO ALGUNS ATRIBUTOS SELECIONADOS

As posições na ocupação tem sido freqüentemente utilizadas na literatura como conceitos operacionais que permitem uma distinção, ainda que precária, entre os segmentos formal e informal da população ocupada. É comum considerar-se que os trabalhadores informais compreendem as categorias de posição na ocupação de empregados sem carteira e conta-própria. Entretanto, devido ao alto grau de heterogeneidade das categorias envolvidas e os diferentes processos de formação de renda a que estão sujeitas, alguns autores³⁰ consideram que tal classificação encerra uma combinação confusa de conceitos alternativos em que se mistura a noção de informalidade como a não-submissão à legislação trabalhista (caso dos empregados sem carteira) com a concepção da não separação entre capital e trabalho (caso dos conta-própria). Por outro lado, uma definição conceitualmente mais adequada envolveria o cruzamento de informações quanto a posições na ocupação, ramos de atividade e rendimentos, além de informações provenientes de pesquisa de estabelecimentos, o que, evidentemente, gera dificuldades de ordem prática na mensuração dos segmentos.

Assim, neste trabalho, as posições na ocupação são consideradas como formas distintas de inserção da população ocupada no mercado de trabalho. O tratamento dessas categorias segue uma reagrupação da classificação definida pela PED consistindo nas seguintes a saber:

- Assalariados sem Carteira: são os empregados que não dispunham de carteira assinada quando da entrevista;
- Assalariados com Carteira: compreendem as pessoas que, quando da entrevista, possuíam carteira assinada ou ainda os assalariados do setor público. Tal opção

metodológica deriva do conhecimento de que embora os funcionários públicos tratem-se de uma categoria sem carteira, eles possuem vínculos formais de trabalho;

- Conta-própria: compreendem as pessoas que trabalham explorando o seu próprio negócio, sozinhas ou com sócios, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhadores não remunerados. São representados na PED pelas rubricas Autônomos Públicos e Autônomos Privados;
- Domésticos: constituem os trabalhadores que efetuam atividade doméstica assalariada. Incluem os Domésticos Mensalistas e os Domésticos Diaristas³¹;
- Pequena e Média Empresa Familiar (PMEF): são as pessoas que trabalham explorando o seu próprio negócio, com pelo menos um empregado, independente de ser esse empregado um membro da família ou não; e,
- Outros: incluem as outras categorias cujas contribuições individuais à variável dependente, qual seja, posição na ocupação, são marginais. São eles: trabalhadores familiares, assalariados que desconhecem sua forma de inserção no mercado de trabalho e outras categorias não definidas.

As variáveis selecionadas para análise foram aquelas apontadas pela literatura econômica como importantes para o entendimento do mercado de trabalho, ou seja, aquelas que tendem a favorecer que um ocupado em Serviços faça parte do segmento formal da economia. Elas englobam atributos adquiridos (grau de instrução e tempo de serviço), atributos natos (sexo, cor e faixa etária), setor de ocupação, renda, ocupações, jornada de trabalho e tamanho da empresa na qual o indivíduo trabalha.

A categoria ocupacional que mais emprega em serviços ainda é, de acordo com os dados da PED, os Assalariados com Carteira (47,9%), sendo tal fato creditado à expressiva participação do setor público enquanto empregador e do aumento da participação, conforme visto no capítulo 2, dos segmentos Saúde e Educação que mantêm, geralmente,

³⁰ Wajnman e Perpétuo (1997).

³¹ Neste trabalho procurou-se não suprimir a participação dos Domésticos, conforme fazem algumas análises (LIMA, 1993 e LIMA, 1998), uma vez que esta categoria, embora tenha sofrido queda na participação relativa das ocupações, ainda emprega muitas pessoas na economia soteropolitana, de maneira que se criaria um viés importante na análise. Corroborando tal argumento há o fato de que essa posição também possui, notadamente a partir da década de 90, como reflexo da Constituição de 1988, a possibilidade de vínculos empregatícios formais. A opção pela análise desatrelada das demais categorias deve-se a esta situação

vínculos formais de empregabilidade. A seguir vem os Conta-própria (20,1%), os Domésticos (15,8%), os Sem-carteira (15,8%), as PMEFS (3,9%) e Outros (2,9%).

4.1.1 Algumas evidências empíricas

4.1.1.1 Atributos Natos

No período de análise (1996/99) do total de ocupados no setor de Serviços, cerca de 53,5% dos postos de trabalho eram preenchidos por informantes do sexo feminino e 46,5% do sexo masculino. Apesar disso, apenas 42,8% das mulheres eram assalariadas com carteira, mostrando que apesar das conquistas alcançadas pelas mulheres em termos de educação, reconhecimento profissional e o crescimento das áreas onde o emprego tem marcante presença feminina - a exemplo dos segmentos educacionais, elas ainda continuam a ocupar postos de trabalho mais instáveis.

TABELA 6 - Posição na ocupação no setor de Serviços da RMS segundo o Sexo, a Cor e a Faixa Etária - 1996/99.

		Posição na Ocupação						Total da linha
Variáveis	Categorias	Assalaria- do sem carteira	Assalaria- do com carteira	Conta própria	Doméstico	PMEF	Outros	
Sexo	Feminino	7,3%	42,8%	17,1%	27,6%	2,6%	2,5%	53,5%
	Masculino	11,6%	53,8%	23,5%	2,3%	5,4%	3,4%	46,5%
Cor	Negros	9,6%	45,9%	20,6%	18,3%	2,9%	2,6%	80,0%
	Não- Negros	8,1%	55,9%	18,0%	5,8%	7,9%	4,4%	20,0%
Faixa Etária (anos)	10 a 14	21,8%	2,1%	28,4%	21,6%	...	26,1%	1,5%
	15 a 17	23,8%	15,0%	17,4%	33,2%	...	10,6%	4,0%
	18 a 24	18,9%	37,9%	14,0%	25,5%	1,0%	2,7%	19,1%
	25 a 39	7,3%	54,1%	18,7%	14,0%	4,0%	1,8%	42,5%
	40 a 49	4,0%	55,4%	22,5%	10,4%	5,6%	2,1%	20,6%
	50 a 59	3,7%	50,5%	26,9%	9,8%	6,3%	2,8%	9,2%
	Maior ou igual a 60 anos	4,2%	32,0%	39,5%	10,3%	8,5%	5,4%	3,1%
Total da coluna		9,3%	47,9%	20,1%	15,8%	3,9%	2,9%	...

Fonte: PED-RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

Conforme se depreende da Tabela 6, os homens estão mais representados dentre os Assalariados com carteira (53,8%) do que em outras categorias ocupacionais, indicando ainda a existência de uma diferenciação por sexo, embora as oportunidades de emprego

ocupacional possuir dinâmica própria, com uma relação de trabalho não capitalista e devendo, consequentemente, ser considerado como um segmento à parte.

encontradas pelas mulheres na década de 90 venham sendo superiores as dos homens³².

No tocante às outras posições, vale observar que os Domésticos constituem ainda um espaço eminentemente feminino - embora seja notório que a participação masculina neste segmento venha crescendo (dentre os caseiros, jardineiros etc.), e os Conta-própria, espaços “masculinos” uma vez que a atividade autônoma requer, na maioria das vezes, uma flexibilidade em termos de tempo não disponível à todas as mulheres, dado que muitas delas tem que compatibilizar a atividade profissional com as atividades do lar.

A Tabela 6 revela ainda que, os negros³³ embora representem 4/5 da população da RMS, encontram-se sub-representados dentre os Assalariados sem Carteira (46%). Eles estão percentualmente mais presentes no mercado de trabalho informal (Assalariados sem Carteira e Conta-própria) que os não negros, apesar dessa diferença não ser muito expressiva, de forma que a menor participação relativa do negro nas ocupações protegidas não se dá tanto a favor do Assalariamento sem carteira e Conta-própria e sim via participação expressiva na categoria Domésticos.

Como se constata na Tabela 6, nas idades muito jovens (10-14 e 15-17 anos), a predominância é a de trabalhadores sem carteira e mais ainda de domésticos. Observa-se ainda que, no grupo dos 10-14 anos, o peso relativo dos com carteira é pouco expressiva.

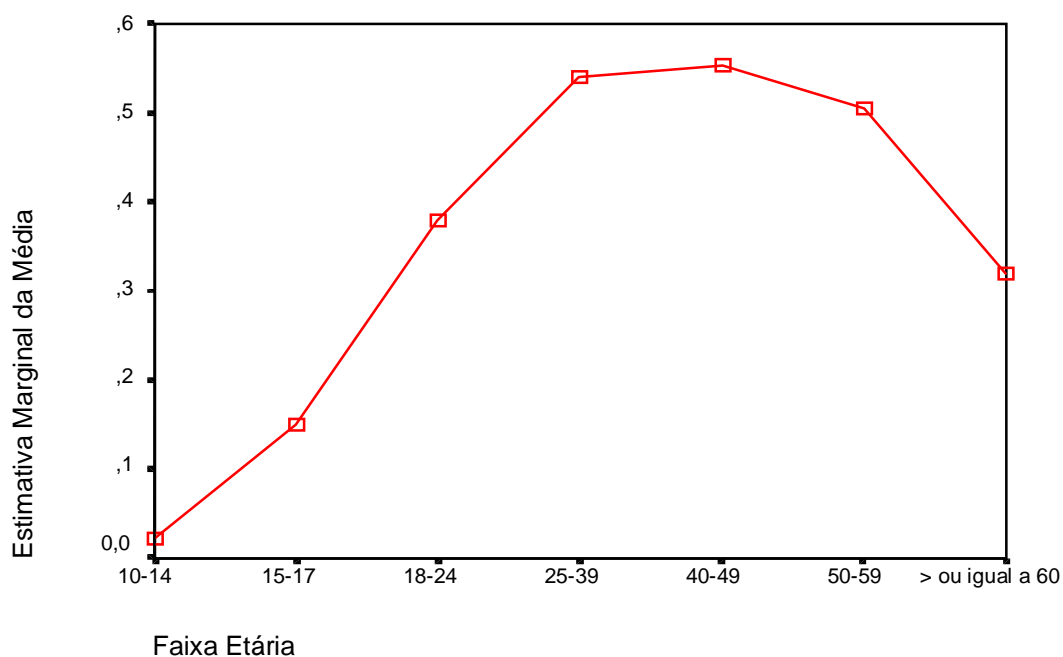
À medida que se desloca na estrutura etária em direção às idades mais velhas cresce a importância relativa dos trabalhadores com carteira. Esse crescimento é bastante significativo, alcançando o máximo no grupo de 40 a 49 anos³⁴, conforme auxílio do Gráfico 3.

³² Ver Borges, 1996.

³³ Considerou-se como negros os entrevistados que foram declarados com sendo de cor preta, parda e amarela.

³⁴ Não há diferença significativa a 95% entre o grupo de 25-39 anos e 40-49 anos, indicando que o comportamento desses grupos é bastante semelhante.

GRÁFICO 3 - Média estimada da proporção dos Assalariados com carteira no setor de Serviços da RMS por Faixa Etária - 1996/99.



Fonte: PED-RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

A partir daí, a posição que mais cresce em importância são os Conta-Própria, uma vez que muitas das pessoas nas duas últimas classes etárias já dispõem de alguma outra forma de remuneração (pensão, aposentadoria, ajuda financeira dos filhos etc.), de maneira que o trabalho é uma ajuda-extra no orçamento, não se preocupando tanto estes indivíduos com os retornos não-pecuniários que fazem com que as pessoas, geralmente, desejem uma ocupação protegida legalmente.

Ressalte-se então que o padrão ocupacional por corte de idade mostra uma maior incidência de trabalhadores sem carteira nas primeiras idades, o crescimento paulatino da participação de trabalhadores com carteira até as idades médias da distribuição e a importância relativa cada vez maior dos conta-própria nas idades mais avançadas.

4.1.1.2 Quanto aos Atributos Adquiridos

Conforme se depreende da Tabela 7, à medida que há um aumento do grau de instrução,

há a ampliação do percentual de pessoas ocupadas em ocupações com carteira assinada e nas PMEF, sendo maior a importância relativa da primeira categoria.

TABELA 7 - Posição na Ocupação no setor de Serviços da RMS por Grau de Instrução e Tempo de Serviço -1996/99.

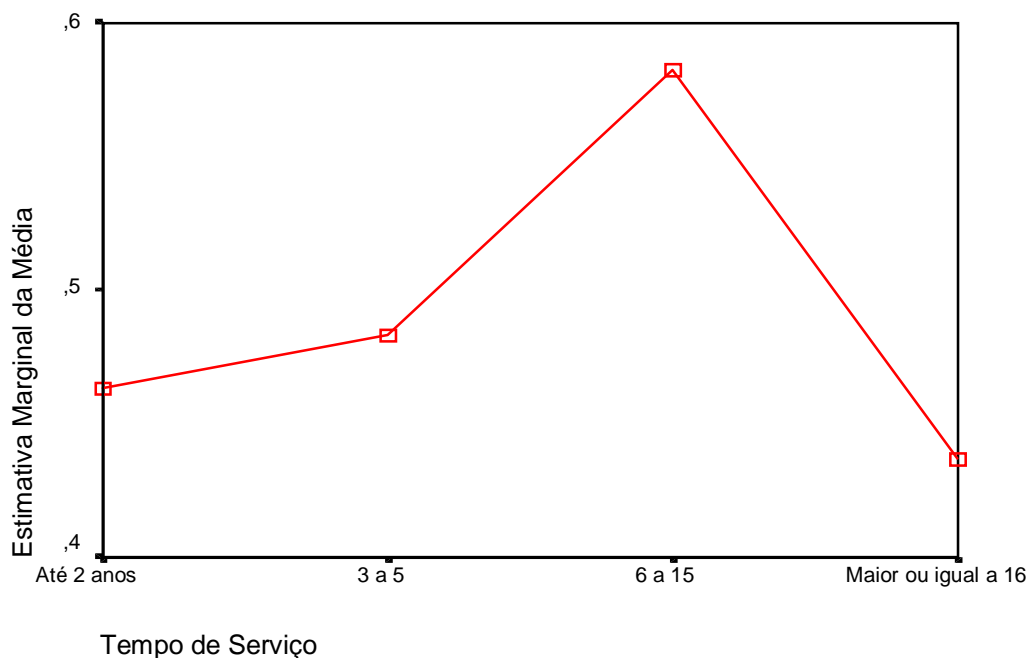
Variáveis	Categorias	Posição na Ocupação					Outros	Total da linha
		Assalariado sem carteira	Assalariado com carteira	Conta própria	Doméstico	PMEF		
Grau de instrução	Analfabeto /sem esc.	5,4%	19,5%	30,6%	41,7%	1,3%	1,5%	4,4%
	1º grau incomp.	10,9%	29,0%	24,4%	30,9%	1,8%	3,0%	36,6%
	1º grau comp./2º incomp.	12,2%	46,5%	22,7%	13,1%	3,0%	2,5%	15,0%
	2º grau comp./3º grau incomp.	9,0%	64,5%	17,6%	2,2%	5,6%	1,1%	31,4%
	3º grau comp.	3,5%	73,1%	6,9%	...	7,9%	8,6%	12,6%
Tempo de Serviço	Até 2 anos	10,0%	46,3%	19,9%	17,0%	3,8%	3,1%	21,1%
	3 a 5 anos	5,6%	48,3%	23,3%	13,7%	5,1%	4,0%	15,9%
	6 a 15 anos	2,4%	58,3%	21,5%	8,9%	6,2%	2,9%	20,4%
	Maior ou igual a 16 anos	13,7%	43,7%	18,3%	19,4%	2,5%	2,5%	42,6%
Total da coluna		9,3%	47,9%	20,1%	15,8%	3,9%	2,9%	...

Fonte: PED - RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

Com a ajuda dessa mesma tabela, vê-se que os contingentes de trabalhadores informais (Conta-própria e Assalariados sem Carteira) e Domésticos são sempre superiores aos dos formais até o nível de instrução que antecede ao nível superior. Isso mostra que, o mercado de trabalho formal passa a incorporar relativamente mais pessoas logo a partir da conclusão do 2º grau.

No que tange ao Tempo de Serviço, verifica-se que há uma expansão do assalariamento com carteira até a faixa daqueles que tem de 6 a 15 anos de serviço no emprego atual (vide Gráfico 4).

GRÁFICO 4 - Média da Proporção dos Assalariados com Carteira no setor de Serviços da RMS por Tempo de Serviço - 1996/99.



Fonte: PED - RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

A partir dos 16 anos de serviço, apesar da proporção das ocupações protegidas ser inferior (43,7%) ao do pessoal mais recentemente ingresso no mercado de trabalho (46,3%), verifica-se que esses empregados ainda continuam mais representados dentre os Assalariados com Carteira que as demais classes, uma vez que eles correspondem a 43,7% de um total de 42,6% dos trabalhadores ocupados em Serviços.

4.1.1.3 Por Sub-setor de Atividade

O setor de Serviços, conforme é notório, congrega uma série de atividades díspares entre si. Assim, com o objetivo de tornar mais evidentes as diferenças entre setores que, agrupados em torno de um mesmo “objetivo”, anunciam comportamentos distintos, procede-se a agregação dos sub-setores de Serviços em alguns setores-chave.

As controvérsias existentes no campo de conceituação dos serviços estendem-se às suas classificações, de forma que inúmeros critérios são elencados, a exemplo de intensidade de capital, destino final ou intermediário de produção, grau de qualificação dos trabalhadores etc.

A tipologia escolhida, então, para balizar este trabalho é a constante nos trabalhos de Melo e de Andrade³⁵, agrupada em quatro grupos a saber:

- Serviços Produtivos: caracterizam-se como atividades auxiliares ao processo produtivo;
- Serviços Distributivos: constituem-se, em sua maioria, como atividades auxiliares à jusante e montante da confecção do produto;
- Serviços Sociais: atividades prestadas à coletividade, sendo ofertados ainda, em grande parte, pelo setor público; e,
- Serviços Pessoais: atendem, basicamente, à demanda individual³⁶.

O Quadro 1 sintetiza os resultados obtidos dessas agregações.

QUADRO 1 - Compatibilização das rubricas da PED com tipologia selecionada³⁷

SUB-SETOR DE ATIVIDADE	CLASSIFICAÇÃO DOS SETORES	CÓDIGOS CORRESPONDENTES NA PED
Serviços Produtivos	Serviços especializados; serviços creditícios e financeiros; serviços de comunicação; comércio, administração de valores imobiliários e de imóveis; serviços auxiliares; outros serviços de reparação; e, serviços de limpeza e vigilância.	5046, 5060, 5137, 5162, 5174, 5198, 5199.
Serviços Distributivos	Transporte e armazenagem.	5022
Serviços Sociais	Serviços de utilidade pública; serviços de Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; educação; saúde; diversão, radiodifusão e teledifusão; entidades carnavalescas; e, serviços comunitários.	5034, 5058, 5095, 5101, 5149, 5140 e 5150.
Serviços Pessoais	Serviços de alimentação; serviços pessoais; serviços Domésticos; hotéis, pensões e alojamentos; e, oficinas de reparação mecânica.	5083, 5071, 5113, 5991 e 5186.

Fonte: Elaboração Própria a partir do Questionário de entrevista da PED - RMS.

Isto posto, verifica-se a partir da Tabela 8 que o setor que possui maior proporção de ocupados em ocupações formais são os Serviços Sociais (83,0%), seguidos pelos Serviços Distributivos (52,2%), Serviços Produtivos (48,0%) e Serviços Pessoais (10,3%).

³⁵ Ver Melo et al. (1998b, p. 08) e Andrade (1995, p. 17-8).

³⁶ Existe também a metodologia de Menezes, 1997.

³⁷ O item Outros Serviços (5990), não foi incluído na análise, haja vista a impossibilidade de encaixá-lo em um segmento, constituindo, inclusive, um valor residual.

A maior proporção dos empregos formais nos Serviços Sociais, é atribuído ao grande peso que o Setor Público, a Saúde e a Educação têm nesse segmento e no total da economia, constituindo “locus” de postos de trabalho protegidos.

TABELA 8 - Posição na Ocupação no setor de Serviços da RMS por sub-setor de Atividade -1996/99.

Variáveis	Categorias	Posição na Ocupação					Total da linha	
		Assalaria- do sem carteira	Assalaria- do com carteira	Conta própria	Doméstico	PMEF		Outros
Setor	Serviços Pessoais	9,8%	10,3%	22,8%	47,9%	5,3%	3,8%	33,7%
	Serviços Distributi- vos	9,7%	52,2%	34,4%	N.A	2,7%	0,9%	6,8%
	Serviços Sociais	7,3%	83,0%	5,8%	N.A	1,8%	2,1%	36,8%
	Serviços Produtivos	11,6%	48,0%	31,0%	N.A	5,7%	3,6%	22,8%
	Total da coluna	9,3%	47,9%	20,1%	15,8%	3,9%	2,9%	...

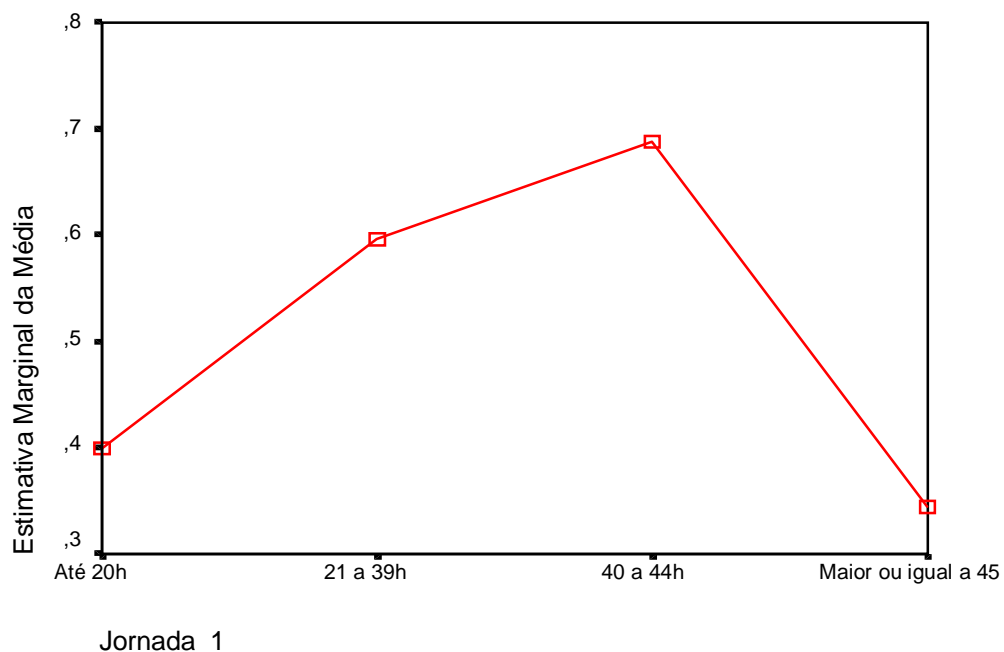
Fonte: PED - RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

Já o setor que, embora empregue relativamente menos pessoas na atividade terciária (6,8%), apresenta maior proporção de trabalhadores na informalidade são os Serviços Distributivos, sendo esse fato associado ao grande número de trabalhadores que efetuam transporte de cargas e de passageiros por Conta-Própria. Este último, apesar de ter sido restringido em Salvador pela Secretaria de Transportes, constitui ainda uma alternativa de primeira ordem em inúmeras localidades da RMS.

4.1.1.4 Por Jornada de Trabalho e Renda

Quanto a jornada de trabalho, os dados evidenciam, como era esperado, que os assalariados com carteira tendem a crescer percentualmente até a classe de 44 horas semanais, conforme previsto em lei, concomitante à queda de participação dos Assalariados sem Carteira, Conta-Própria, Domésticos e Outros.

GRÁFICO 5 - Média estimada da proporção dos Assalariados com Carteira em Serviços da RMS por Jornada de Trabalho - 1996/99.



Fonte: PED - RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

A partir das 45 horas semanais crescem em importância os Domésticos (cuja participação cresce mais que o triplo relativamente à classe anterior), os Conta-Própria, as PMEF e os Assalariados sem Carteira, respectivamente.

TABELA 9 - Posição na Ocupação em Serviços da RMS por Jornada de Trabalho e Renda - 1996/99.

Posição na Ocupação

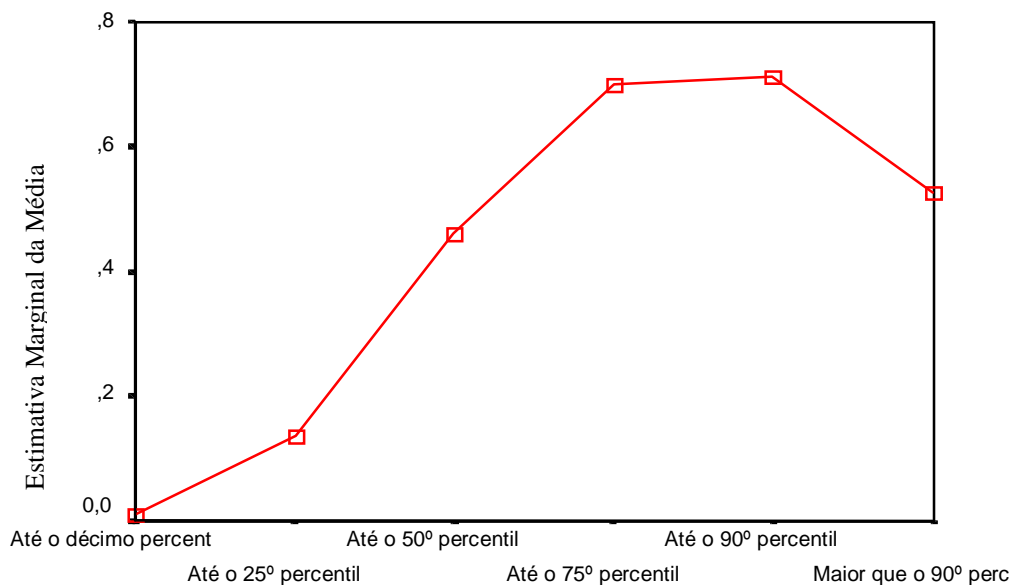
Variáveis	Categorias	Assalariado sem carteira	Assalariado com carteira	Conta própria	Doméstico	PMEF	Outros	Total da linha
Jornada de Trabalho	Até 20h	10,7%	39,9%	33,5%	10,5%	1,7%	3,7%	19,3%
	21 a 39h	9,2%	59,6%	16,1%	9,3%	2,4%	3,4%	22,1%
	40 a 44h	8,2%	68,8%	10,0%	7,0%	3,3%	2,6%	20,0%
	Maior ou igual a 45h	9,2%	34,4%	20,8%	26,8%	6,2%	2,5%	38,5%
Renda (percentil)	10	10,9%	1,1%	66,7%	19,7%	0,2%	1,3%	2,1%
	25	15,3%	13,5%	27,0%	43,1%	0,5%	0,6%	19,2%
	50	12,2%	46,1%	13,9%	26,5%	0,8%	0,4%	24,7%
	75	6,6%	70,1%	17,7%	2,2%	3,1%	0,4%	27,3%
	90	2,4%	71,3%	15,1%	0,1%	8,5%	2,6%	16,1%
	> 90	6,3%	52,5%	22,6%	2,2%	11,6%	4,9%	10,6%
Total da coluna		9,3%	47,9%	20,1%	15,8%	3,9%	2,9%	...

Fonte: PED - RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

A composição da Posição por Ocupação por renda, permite observar que os empregados sem carteira encontram-se em condições de remuneração amplamente desfavoráveis em relação aos empregados com carteira: entre os 10% mais pobres, 77,6% encontram-se em ocupações informais, demonstrando que a ausência de uma política de auxílio ao desemprego eficiente, força milhares de pessoas a assumirem formas irregulares de inserção no mercado de trabalho uma vez que não podem se dar o “luxo” ao desemprego aberto.

À medida que se avança nas faixas de renda vê-se que aumenta a proporção dos assalariados com carteira até a faixa correspondente aos 90%. A partir daí, embora as ocupações protegidas sejam majoritárias, cresce a importância relativa dos Conta-Própria e PMEF.

GRÁFICO 6 - Média estimada da proporção dos Assalariados com Carteira em Serviços da RMS por Faixa de Renda - 1996/99.



Renda1

Fonte: PED - RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

4.1.1.5 Quanto às Ocupações e Tamanho da Empresa

Os dados para tamanho da empresa³⁸ revelam que nas grandes empresas a proporção de assalariados com carteira assinada é proporcionalmente maior as pequenas empresas. Tal evidência pode ser atribuída ao seguinte fato: as firmas maiores, que invariavelmente dispõem de tecnologias mais modernas, melhor organização em termos de sua estrutura e cujos empregados possuem maior nível de organização e mobilização sindical, são aquelas que mais tendem a cumprir a Legislação Trabalhista. Nesse sentido, caracterizam-se como geradoras de “bons empregos” ao garantir a seus trabalhadores o acesso a uma série de vantagens pecuniárias e não-pecuniárias advindas diretamente da posse de carteira assinada (Pero, 1992, p. 307).

Haveria, também, um “custo de se contratar” à margem da legislação, custo esse que variaria conforme o porte da empresa. Assim, empresas maiores seriam mais “visíveis” aos olhos da fiscalização.

³⁸ Existem inúmeras classificações para definir o tamanho de uma empresa. O SEBRAE, por exemplo, considera como variável relevante o faturamento. O IBGE, por outro lado, trabalha com o número de funcionários. Neste estudo faz-se opção pelo critério do IBGE, qual seja, o número de funcionários. Uma vez que no setor de serviços a maioria das empresas são de pequeno porte considerou-se como pequenas aquelas que tivessem até 49 funcionários, incluindo os que trabalham sozinhos, com a família ou sócio. As grandes, por exclusão, seriam aquelas que empregassem mais de 49 trabalhadores.

Outra possível explicação para este comportamento seriam também as inversões realizadas na qualificação profissional. Com a importância crescente dada à formação intelectual dos indivíduos, as empresas tem investido cada vez maiores na capacitação de seus profissionais. Uma vez que as empresas maiores são as que dispõem de maior aporte de capital e são as que estão mais passíveis de reduzir o custo pelo aumento da escala, a manutenção de contratos formais de trabalho seria uma forma de diminuir os riscos de perda de capital humano para o mercado.

TABELA 10 - Posição na ocupação em Serviços da RMS por Tamanho da Empresa e Ocupações - 1996/99.

Variáveis	Categorias	Posição na Ocupação					Total da linha	
		Assalariado sem carteira	Assalariado com carteira	Conta própria	Doméstico	PMEF		Outros
Grupo de Ocupações	1	8,0%	63,7%	16,8%	N.A	5,0%	6,4%	16,0%
	2	4,4%	44,3%	10,0%	N.A	39,8%	1,5%	5,1%
	3	10,9%	83,6%	3,3%	N.A	0,5%	1,7%	18,8%
	4	9,1%	9,9%	70,0%	N.A	4,7%	6,3%	4,0%
	5	7,4%	32,6%	16,0%	40,3%	1,5%	2,2%	41,7%
	6	11,8%	34,7%	48,1%	1,8%	1,9%	1,6%	14,4%
Tamanho da Empresa	Pequena	16,3%	21,2%	46,7%	N.A	9,3%	6,5%	77,7%
	Grande	7,6%	89,0%	2,3%	N.A	0,6%	0,5%	22,3%
Total da coluna		9,3%	47,9%	20,1%	15,8%	3,9%	2,9%	...

Fonte: PED - RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

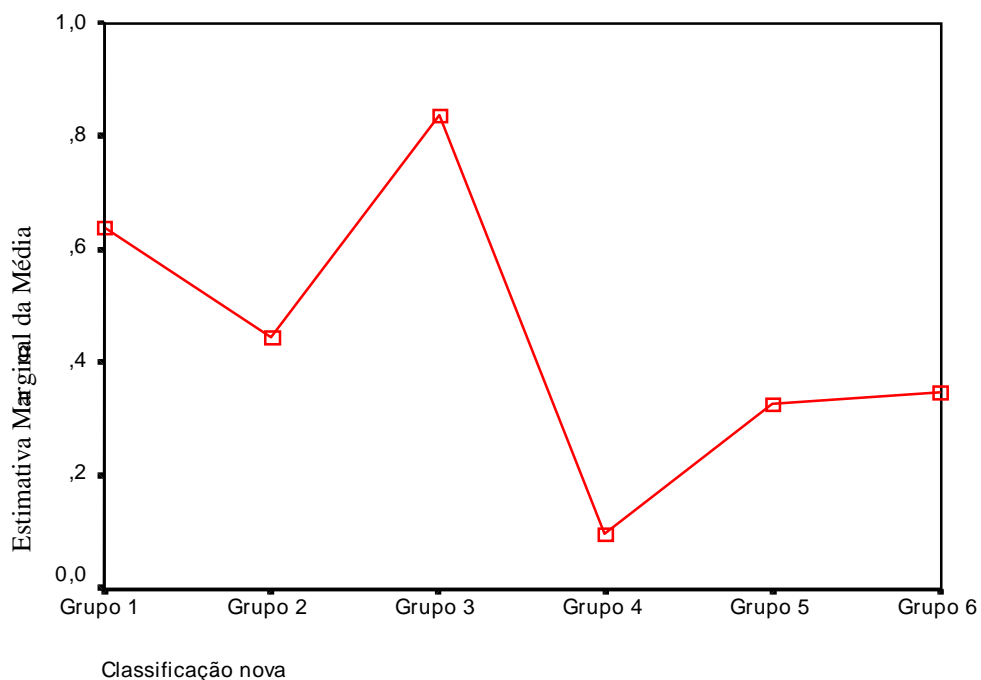
No que se refere às ocupações, algumas considerações são necessárias. As ocupações presentes neste trabalho corresponderam aos nove grandes Grupos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO - 94) elaborado pelo Ministério do Trabalho e presente no trabalho de Azevedo (1999, p. 11 e 25).

Uma vez que, nem todas as atividades constantes naquela classificação existem ou constituem amostras significativas no setor de Serviços, houve necessidade de se realizar um rearranjo. Assim, o Grupo 1 (Trabalhadores com profissões científicas, técnicas, artísticas e trabalhadores assemelhados) permaneceu inalterado, bem como os Grupos 2 (Membros dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, funcionários públicos superiores, diretores de empresas e trabalhadores assemelhados), 3 (Trabalhadores de Serviços Administrativos e trabalhadores assemelhados), 4 (Trabalhadores de Comércio e trabalhadores assemelhados) e 5 (Trabalhadores de serviços de Turismo, Hospedagem, Serventia, Higiene, Saúde e Embelezamento, Segurança e trabalhadores assemelhados).

O Grupo 6 (Trabalhadores das ocupações agropecuárias e trabalhadores assemelhados) por ter participação residual e não significativa, foi desconsiderado, exceção feita ao código de ocupação 6394 (Jardineiro, exclusive lavoura), que foi agrupados ao Grupo 5. Dessa forma, na classificação aqui presente, o Grupo 6 passa a considerar o grupo de trabalhadores de Produção e Transformação Industrial. Os estagiários e os trabalhadores que não podem ser classificados segundo a ocupação também foram desconsiderados: os primeiros por estarem passíveis de apenas uma forma de inserção ocupacional, qual seja, assalariados sem carteira e os segundos por não poderem ser agregados à nenhum grupo específico.

Com base no exposto na Tabela 10, observa-se que os ocupados no Grupo 3 são os que apresentam, na média, uma maior proporção de ocupações protegidas, seguidos do Grupo 1.

GRÁFICO 7 - Média estimada da proporção dos Assalariados com Carteira em Serviços da RMS por Grupo de Ocupações - 1996/99.



Fonte: PED - RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

Já o Grupo 4 é o que apresenta menor participação relativa em Serviços (4,0%), sendo ele também o que apresenta menor proporção dos Assalariados com Carteira, principalmente quando comparado com o percentual dos ocupados trabalhando por Conta-Própria (70,0%), demonstrando que a ocupação nesse grupo se dá, principalmente, por condições precárias de trabalho.

Quando desmembrado por classe, verifica-se que as ocupações que apresentam maiores proporções de relações formalizadas são as seguintes, a saber:

TABELA 11 - Ocupações no setor de Serviços da RMS que detêm maior participação relativa dos empregados com carteira - 1996/99.

Ocupações	Participação Relativa dos ACC
Assistente Administrativo	99,86
Diretor, assessor, chefe serv. Público	99,59
Professor de 1º Grau	98,03
Adm., gerente do setor bancário	97,40
Enfermeiro diplomado, parteira	97,18
Guarda metropolitano e civil	96,71
Agente de polícia, vigia, polícia rodoviária	95,33
Apontador, auxiliar de escritório e administrativo e escriturário	92,02
Secretária	91,67
Diretor, chefe na administração pública	91,10

Fonte: PED - RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

Assim, percebe-se que a maioria dessas ocupações não faz parte daquelas atividades que mais cresceram na década de 90, mostrando que o crescimento das chamadas ocupações “superiores” não tem sido capaz de mudar a estrutura ocupacional do setor de Serviços, evidenciando que o crescimento delas tem se dado mais via informalização, cujas implicações já foram de certas formas debatidas no capítulo anterior. Assim, torna-se necessário a identificação de quais variáveis são importantes para que um ocupado em Serviços, com base nos dados de finais da década de 90, tenha uma maior chance de auferir uma ocupação formal, aspecto esse que será tratado na seção seguinte.

4.2 FATORES CONDICIONANTES DA POSSE DE CARTEIRA ASSINADA

As diferenças de composição por sexo, cor, idade, rendimentos, etc. determinadas nas seções anteriores, entre os Assalariados com e sem Carteira, Conta-Própria, PMEF, Domésticos e Outros, demonstram como as posições na ocupação exprimem mercados distintos, com motivações também distintas. Para dar conta de algumas dessas diferenças, nesta seção é proposto um modelo alternativo para a determinação da probabilidade de um ocupado ter uma ocupação dita formal no setor de Serviços da RMS, mediante ajuste de um modelo de regressão logística.

4.2.1 Considerações Metodológicas

O modelo econométrico a ser utilizado para analisar a probabilidade de um ocupado em serviços ter carteira de trabalho assinada é o modelo de estimação *logit*. A variável dependente neste modelo é a variável binária que detecta a chance de um trabalhador ter ou não carteira assinada. Este modelo pode então ser utilizado para analisar o impacto de

diferentes variáveis (ou variáveis explicativas) sobre a probabilidade de um indivíduo estar numa dada situação particular.

No modelo logit, a variável dependente y_i , é definida como sendo a probabilidade de um indivíduo i ($i=1,2,\dots,n$) ter carteira assinada (C.A), onde n é o número de ocupados em serviços da amostra. Ou seja, y_i é uma variável qualitativa binária que assume o valor unitário quando o ocupado i apresenta C.A. Supõe-se que a resposta de cada ocupado seja explicada por um vetor de variáveis independentes x_i , de dimensão ($k \times 1$), onde k é o número de variáveis independentes.

Este modelo foi utilizado porque desde que y_i é uma variável qualitativa, o modelo de mínimos quadrados ordinários produz expectativas ineficientes e previsões imprecisas. O modelo, então, é estimado por máxima verossimilhança, objetivando definir os parâmetros da função cumulativa de distribuição de probabilidades, a partir das condições de máximo (ou seja, igualando suas derivadas a zero) e aplicando-se o algoritmo de Newton para valores de verossimilhança com distribuição teórica esperada.

O procedimento usual para eliminar estes problemas é modelar a probabilidade de uma resposta positiva, através da distribuição logística:

$$\Pi_i = \text{Prob} (CA=1 | x) = (e^{\beta'x} / 1 + e^{\beta'x}) \quad (1)$$

onde: $e = 2,71828\dots$,

$$\text{Prob} (CA=0 | x) = [1 - \text{Prob} (CA = 1 | x)] \quad (2)$$

x é a matriz de características dos ocupados considerados importantes para a determinação de CA, sendo β o vetor de coeficientes estimados da regressão.

Esta função de distribuição está restrita ao intervalo (0,1), é crescente em $\beta' x_i$ e igual a 0,5 quando $x_i' \beta = 0$. Sua forma gráfica é similar a uma função de distribuição cumulativa, que pode ser facilmente linearizada, a partir do rearrranjo da equação 1 e aplicação do logaritmo neperiano a ambos os lados, donde resulta:

$$\ln[\Pi_i/(1 - \Pi_i)] = \beta'x \quad (3)$$

Isto significa que o logaritmo neperiano da razão de probabilidades, ou *logit*, como é mais conhecido, é uma função linear de $\beta'x$.

Estabelecendo-se uma relação entre as probabilidades reais e aquelas observáveis,

através da amostra, do tipo:

$$p_i = \Pi_i + \varepsilon_i \quad (4)$$

Então:

$$p_i \sim \text{binomial} [\Pi_i, \Pi_i (1 - \Pi_i)/n] \quad (5)$$

Para obter uma relação entre os *logites* observáveis e os *logites* reais, estabelece-se a seguinte hipótese:

$$f(p_i) = \ln[p_i/(1-p_i)] \quad (6)$$

Após algumas manipulações algébricas, obtém-se o modelo procurado:

$$\ln[p_i/(1-p_i)] = \beta'x + u_i \quad (7)$$

Onde: $u_i = \varepsilon_i/[\Pi_i (1 - \Pi_i)/n]$, de modo que $E(u_i) = 0$ e $\text{var}(u_i) = 1/[n\Pi_i(1-\Pi_i)]$.

4.2.1.1 Ajuste do Modelo

Para avaliar se o modelo é adequado, ou seja, para verificar se os valores preditos pelo modelo correspondem aos valores observados é necessário estudar a significância estatística ou global do modelo. Neste sentido optou-se neste trabalho pelo chamado teste da razão de verossimilhança face à sua relativa facilidade estatística.³⁹

Assim, calcular-se-á a Razão de Verossimilhança (RV), definida da seguinte forma:

$$RV = -2(\ln R - \ln NR) \quad (8)$$

No qual R é o valor da função de verossimilhança na hipótese de que o vetor de coeficientes é restrito a zero, ou seja, $\beta=0$ ($\beta_2=0, \dots, \beta_k=0$); e NR é o valor de todas as variáveis consideradas sem restrição, ou seja, $\beta \neq 0$.

4.2.1.2 Avaliação dos Coeficientes Estimados

Obtidas as estatísticas dos parâmetros é necessário avaliá-las do ponto de vista da significância estatística. A estatística de Wald é a mais usada quando se quer avaliar cada estimativa individualmente.

A estatística para o teste é obtida dividindo-se o coeficiente estimado pelo seu erro padrão, elevando o resultado ao quadrado e comparando o valor obtido com o da tabela

com 1 grau de liberdade. Assim⁴⁰:

$$W = \{\text{coef. estimado} / \text{erro padrão do coef. estimado}\}^2 \quad (9)$$

4.2.1.3 Descrição e Especificação das variáveis

As variáveis utilizadas na regressão foram as mesmas apresentadas na parte descritiva, para as quais construiu-se *dummies*⁴¹: quando as variáveis podiam ser ordenadas construiu-se k-1 categorias (sendo k o número de classes); quando não, caso das variáveis Setor de Atividade e Ocupações, foi construído um número de *dummies* exatamente igual ao número de classes.

Certas interações foram testadas tomando-se por base indicações constantes em alguns trabalhos⁴². Entretanto, quando rodou-se o programa⁴³, verificou-se que todas as interações testadas não eram significativas, sendo eliminadas, portando, da análise dos resultados.

A seguir, apresenta-se uma breve descrição dessas variáveis, as quais encontram-se agrupadas em sete grupos.

QUADRO 2 - Especificação das variáveis para a posse de carteira assinada no setor de Serviços na década de 90

Discriminação	Variáveis	Notação	Especificação
	Sexo	C010	1 se masculino, 0 se feminino
	Cor	C050	1 se negro, 0 se não negro

³⁹ Gujarati, 2000.

⁴⁰ MODELOS para dados ..., 2000.

⁴¹ Variáveis binárias que assumem valor 0 ou 1.

⁴² Ver Fernandes (1996), Wajnmam (1997) e Pero (1992).

⁴³ Utilizou-se o *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS for Windows v. 10), sendo o modelo ajustado pelo método das diferenças.

Atributos Natos	Idade	DFAIXA1	0 até 14 anos*, 1 demais faixas
		DFAIXA 2	0 até 17 anos, 1 demais faixas
		DFAIXA 3	0 até 24 anos, 1 demais
		DFAIXA 4	0 até 49 anos**, 1 demais
		DFAIXA 5	0 até 59 anos, 1 maior que 59
Atributos Adquiridos	Grau de instrução	DINST1	0 Analfabeto e sem escolaridade, 1 demais
		DINST2	0 até 1º grau incompleto, 1 demais
		DINST3	0 até 1º grau completo, 1 demais
		DINST4	0 até 2º grau completo e 1 3º grau completo
	Tempo de Serviço	DTEMSER1	0 até 2 anos, 1 demais
		DTEMSER2	0 até 5 anos, 1 demais
		DTEMSER3	0 até 15 anos, 1 acima de 15 anos
Setor de Ocupação	DSERVPEP	1 serv. pessoais, 0 demais	
	DSERVDIS	1 serv. Distributivo, 0 demais	
	DSERVSOC	1 serv. Social, 0 demais	
	DSERVPRO	1 serv produtivos, 0 demais	
Renda (percentil)	DRENDA1	0 até 10%, 1 demais	
	DRENDA2	0 até 25%, 1 demais	
	DRENDA3	0 até 50%, 1 demais	
	DRENDA4	0 até 75%, 1 demais	
	DRENDA5	0 até 90%, 1 acima de 90%	
Ocupações	DGRUPO1	1 grupo 1, 0 demais	
	DGRUPO2	1 grupo 2, 0 demais	
	DGRUPO3	1 grupo 3, 0 demais	
	DGRUPO4	1 grupo 4, 0 demais	
	DGRUPO5	1 grupo 5, 0 demais	
	DGRUPO6	1 grupo 6, 0 demais	
Jornada de Trabalho	DJORNAD1	0 até 20horas, 1 demais	
	DJORNAD2	0 até 39 horas, 1 demais	
	DJORNAD3	0 até 44 horas, 1 acima de 44 h	
Tamanho da Empresa	DTAMANHO	1 se grande, 0 se pequena	

* Excetuando-se menores de 10 anos, pois não fazem parte, segundo tipologia da PED, à População em Idade Ativa (PIA).

** Agrupou-se as faixa de 25 a 39 anos e de 40 a 49 anos, pois elas não eram estatisticamente diferentes entre si, apresentando comportamento semelhante.

4.2.2 Resultados do Modelo

A Tabela 12 apresenta a saída da regressão que modela a probabilidade de um ocupado em Serviços ter Carteira Assinada.

Tabela 12 - Resultados do modelo *logit* da probabilidade de um ocupado em Serviços ter Carteira Assinada na RMS.

Variáveis na equação	B	Erro-Padrão	Wald	Sig.
DTAMANHO(1)	2,395	0,053	2.015,94	0
DGRUPO3(1)	2,033	0,054	1.425,76	0
DRENDA2(1)	1,594	0,05	1.012,61	0
DGRUPO5(1)	1,116	0,048	550,12	0
DJORNAD3(1)	-0,72	0,037	386,00	0
C010(1)	0,509	0,031	274,84	0
DFAIXA3(1)	0,517	0,038	184,31	0
DJORNAD1(1)	0,566	0,043	172,65	0
DRENDA3(1)	0,469	0,039	146,98	0
DJORNAD2(1)	0,492	0,041	142,26	0
DRENDA5(1)	-0,523	0,05	111,38	0
DGRUPO4(1)	-1,023	0,098	109,39	0
DINST4(1)	0,484	0,046	109,25	0
DFAIXA2(1)	1,099	0,115	91,70	0
DFAIXA5(1)	-0,78	0,085	84,21	0
DSERVSOC(1)	6,517	0,793	67,59	0
DTEMSER3(1)	-0,251	0,036	48,93	0
DRENDA4(1)	-0,245	0,043	32,10	0
DGRUPO1(1)	-0,302	0,058	27,14	0
DSERVPRO(1)	4,34	0,792	30,01	0
DRENDA1(1)	-0,33	0,064	26,58	0
DSERVDIS(1)	3,983	0,794	25,17	0
DINST1(1)	0,352	0,077	20,87	0
DTEMSER2(1)	0,181	0,043	18,16	0
DINST3(1)	0,185	0,045	17,20	0
C050(1)	-0,136	0,034	16,42	0
DFAIXA4(1)	-0,172	0,044	15,25	0
DSERVPE(1)	2,713	0,793	11,72	0,001
Constant	2,688	0,824	10,63	0,001
DFAIXA1(1)	1,176	0,392	9,00	0,003
DTEMSER1(1)	-0,096	0,043	5,10	0,024
DINST2(1)	-0,072	0,042	2,97	0,085
DGRUPO2(1)	-0,065	0,068	0,92	0,337
P(C.A=0)=87,1%; P(C.A=1)=86,3%				
Qui-Quadrado=39.782; R.V=25.580				

Fonte: PED - RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

O modelo utilizado prediz corretamente 86,7% dos casos, sendo que explica, com acerto, 86,3% dos casos em que a P (C.A=1) e 87,1% dos casos em que P(C.A=0), o que representa uma grande aderência do modelo utilizado ao fenômeno estudado.⁴⁴

Os resultados da estimação permitem as seguintes considerações:

1. A variável tamanho é mais importante para que um indivíduo ocupado no setor de Serviços tenha uma maior chance de auferir uma ocupação protegida. Num segmento caracterizado pela presença de pequenas empresas, trabalhar numa empresa de grande porte pode constituir-se num importante diferencial. O alto valor do teste Wald e a sua expressiva diferença em relação ao segundo maior valor da referida estatística, denota a relevância dessa variável;
2. A segunda variável apontada pelo modelo como sendo de grande poder para que um trabalhador tenha uma ocupação formal no segmento sob estudo é o pertencimento ao grupo 3 (Trabalhadores de Serviços Administrativos e trabalhadores assemelhados), denotando que uma boa parte dos chamados “trabalhos de escritório” dá-se mediante vínculos formais de trabalho;
3. A seguir aparece a variável DRENDA2, cujo valor do Wald e o sinal positivo mostram que é a passagem do primeiro para o segundo quartil de renda que promove o aumento da possibilidade dos ocupados em Serviços terem uma ocupação formal. A *dummy* DRENDA3 apresenta também valor positivo, porém o seu valor é menos expressivo relativamente ao anterior. Os sinais negativos das dummies DRENDA4 e DRENDA5 sugerem que há uma maior chance de se ter emprego formal até o nível de renda do terceiro quartil;
4. A variável sexo (c010) é estatisticamente significativa quando da análise da chance de ter emprego formal, de forma que os homens ainda possuem uma maior probabilidade de obterem ocupações protegidas;
5. A variável cor, embora seja significativa para análise do modelo, apresenta baixo valor do teste Wald sugerindo que apesar da cor ainda significar um diferencial quando um trabalhador vai pleitear o preenchimento de um cargo, ela não figura dentre as mais importantes, o que é extremamente relevante numa capital como a de Salvador, onde a população negra é bastante expressiva numericamente. Isso mostra ainda a importância que outras variáveis, a exemplo da educação, para a diminuição do papel desigual que ainda se coloca ante aos negros no mercado de trabalho;
6. O resultado encontrado para a variável DFAIXA3 sugere que o grande salto na

⁴⁴ O teste de Razão de Verossimilhança e Qui-Quadrado forneceram valores extremamente altos de cerca de 25.580 e 39.782, comprovando a alta significância global do modelo.

possibilidade de se ter ocupação formal em Serviços é a partir dos 25 anos, podendo tal fato estar relacionado à evidência de que esta é a idade na qual algumas pessoas já concluíram os estudos de terceiro grau. O sinal da variável DFAIXA4 indica que o pico deste processo se dá com indivíduos de até 49 anos;

7. No que tange ao tempo de serviço, as pessoas que tem até 15 anos de atividade tendem a possuir maior chance de um emprego formal;
8. Os valores obtidos com a variável DSERVSOC mostram que o pertencimento a esse segmento confere grande chance de se obter empregos legalizados, sendo tal fato atribuído à presença expressiva do Setor Público e dos serviços de Saúde e Educacionais nessa atividade; e,
9. A variável DGRUPO2 mostrou um nível de significância extremamente baixo.

Dado que o comportamento aqui descrito poderia ser típico do mercado de trabalho como um todo e não específico do segmento de Serviços, promoveram-se novas regressões com o mesmo número de variáveis para o setor de Serviços e para os demais (Agricultura, Indústria, Construção Civil e Comércio), de forma que as variáveis relativas aos sub-setores específicos da atividade de Serviços (DSERVPRO, DSERVDIS, DSERVPE e DSERVSOC) tiveram que ser excluídas.

Os resultados das regressões encontram-se na Tabela 13.

TABELA 13 - Resultados do modelo *logit* da probabilidade de um ocupado em Serviços e nos demais setores ter Carteira Assinada na RMS.

Variáveis na equação	Serviços			Demais Setores		
	B	Wald	Posição	B	Wald	Posição
DGRUPO3(1)	2,492	2.831,12	1 ^o	0,876	228,68	4 ^o
DTAMANHO(1)	2,435	2.350,52	2 ^o	2,352	2.566,29	1 ^o
DRENDA2(1)	1,549	1.418,67	3 ^o	2,154	539,50	2 ^o
DJORNAD3(1)	-1,08	1.188,84	4 ^o	-0,45	134,66	8 ^o
C010(1)	0,661	667,96	5 ^o	0,056	2,09	25 ^o
DGRUPO5(1)	0,934	652,61	6 ^o	1,103	195,14	6 ^o
DRENDA3(1)	0,631	380,73	7 ^o	0,154	14,04	18 ^o
DGRUPO4(1)	-1,51	308,40	8 ^o	-0,94	508,03	3 ^o
DGRUPO1(1)	0,912	362,68	9 ^o	-0,18	4,51	23 ^o
DFAIXA3(1)	0,595	337,74	10 ^o	-0,09	5,62	22 ^o
DINST4(1)	0,614	211,84	11 ^o	0,233	9,30	19 ^o
DJORNAD1(1)	0,516	200,15	12 ^o	0,518	58,41	12 ^o
DRENDA5(1)	-0,59	183,17	13 ^o	-0,3	23,56	16 ^o
DFAIXA5(1)	-0,84	133,64	14 ^o	-0,8	39,22	13 ^o
DFAIXA2(1)	1,132	122,28	15 ^o	1,453	122,86	9 ^o
DINST3(1)	0,404	117,62	16 ^o	0,396	67,63	11 ^o
C050(1)	-0,24	64,50	17 ^o	-0,16	14,51	17 ^o
DTEMSER2(1)	0,291	64,42	18 ^o	-0,13	6,09	21 ^o
DRENDA4(1)	-0,29	59,01	19 ^o	-0,11	4,50	24 ^o
DTEMSER3(1)	-0,21	46,47	20 ^o	-0,27	35,76	14 ^o
DRENDA1(1)	-0,26	22,50	21 ^o	-0,93	84,28	10 ^o
DJORNAD2(1)	0,163	22,15	22 ^o	0,859	265,37	5 ^o
DFAIXA1(1)	1,62	19,58	23 ^o	1,298	6,69	20 ^o
DINST2(1)	0,15	18,93	24 ^o	0,593	172,47	7 ^o
DINST1(1)	0,263	18,91	25 ^o	0,462	34,80	15 ^o
Constant	-1,35	47,35	...	-2,47	86,59	...
P/ Serviços: P(C.A=0)=77,4%; P(C.A=1)=95,4%; P=89,0%						
Qui-Quadrado= 33.008 e R.V=38.093						
P/ Dem. Setores: P(C.A=0)=81,2%; P(C.A=1)=77,0%;P=79,4%						
Qui-Quadrado= 15.521 e R.V=26.248						

Fonte: PED - RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

Vale salientar que no caso do setor de Serviços o modelo passa a replicar, com acerto, 77,4% dos casos em que a $P(C.A=0)$ e 95,4% dos casos em que $P(C.A=1)$, de forma que, ao contrário do que se poderia imaginar, a retirada de variáveis relacionadas ao sub-setor de atividade melhorou a explicação do modelo, sugerindo que outros atributos são mais relevantes que o setor no qual o trabalhador está inserido. No que se refere aos Demais setores o modelo representa 81,2% e 77,0% dos casos, em que $P(C.A=0)$ e $P(C.A=1)$, respectivamente.

Conforme pode se depreender da Tabela acima existem algumas diferenças importantes entre o grau de influência das variáveis independentes na determinação da probabilidade da variável dependente quando selecionadas por setores. As principais conclusões a que se chega são as seguintes:

1. A variável Tamanho que antes correspondia ao preditor mais importante quando da

análise da probabilidade de ter carteira assinada no setor de Serviços, passa a ser à segunda variável mais importante, cedendo espaço para a variável DGRUPO3. Quanto aos Demais Setores, aquela variável figura em primeiro lugar sendo a sua relevância bem superior às outras quando se compara os valores do teste Wald;

2. A variável Sexo é bastante significativa no setor de Serviços, ao passo que nos demais setores ela somente o é a aproximadamente 15%, sugerindo que as diferenças pecuniárias e não pecuniárias decorrentes dessa grande diferenciação por sexo são maiores no primeiro;
3. Nos demais setores as jornadas superiores a 39 e, em menor grau, as inferiores a 45 horas semanais são as que oferecem uma maior chance de empregos formais. No caso dos serviços esse comportamento se dá entre a faixa superior à 20 horas e inferior a 45 horas, fato esse associado à maior flexibilidade de horário que tende a ocorrer com mais frequência nesse setor;
4. No setor de Serviços, o segmento formal parece absorver mais os trabalhadores nas faixas superiores a 24 anos de idade. Os demais, em contrapartida, o fazem com maior incidência nas faixas superiores a 17 anos, sugerindo que o conteúdo escolar exigido em Serviços seria maior do que nos demais setores;
5. Corroborando o argumento anterior, a variável Grau de Instrução possui ponderação diferente a depender do segmento. No setor de Serviços é a mudança do 2º para o 3º grau que confere ao trabalhador uma maior chance de ter carteira assinada, fenômeno esse expresso nos valores encontrados para a variável DINST4. No caso dos demais setores, é a mudança do 1º grau incompleto para as classes superiores que é mais significativa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor de Serviços, que se caracteriza como o grande empregador das economias modernas, conhece na década de 90 um crescimento vertiginoso. Na RMS esse segmento foi o único a ampliar a sua participação relativa na estrutura ocupacional. Inúmeros são os fatores apontados como causadores desse processo, merecendo destaque a reestruturação produtiva pelo qual passaram as empresas brasileiras e, como tal, soteropolitanas, que visando o ajustamento das suas estruturas aos custos crescentes e às novas condições tecnológicas e de mercado que se impuseram após a queda abrupta das barreiras comerciais que protegiam o mercado nacional em 1990, externalizaram (terceirizaram) a maioria das suas atividades complementares ou de apoio, concentrando o seu esforço na linha de produção.

Nesse contexto, cresceram ocupações em Serviços consideradas como modernas a exemplo dos serviços especializados, saúde e educação, concomitante ao decréscimo daqueles segmentos que historicamente ocuparam grande parcela da população e que não requeriam, geralmente, alto nível de qualificação, oferecendo ocupações temporárias e prestadas por pequenas e médias empresas ou trabalhadores autônomos, a exemplo dos serviços pessoais e serviços domésticos.

Entretanto, ao contrário do que se poderia pensar, o crescimento dessas atividades não se tem dado através de uma maior uniformização das ocupações e sim pela ampliação de uma gama de situações ocupacionais, notadamente as chamadas informais, quer vistas pelo prisma das relações capital x trabalho, quer vistas pelas ocupações “ilegais” ante a legislação trabalhista.

Para alguns autores o aumento da participação relativa dos assalariados sem carteira se deve, sobremaneira, aos encargos impostos pela legislação trabalhista. Esses encargos contribuiriam para elevar o custo do trabalho e, portanto, os custos do produto brasileiro, reduzindo conseqüentemente, o grau de competitividade das mercadorias nacionais, inibindo o crescimento das empresas. Prova disso, é que o grande movimento de crescimento do assalariamento sem carteira se deu entre 1990 e 1992, período no qual é notório os esforços que as empresas tiveram que empreender para se manter num mercado competitivo.

Entretanto, conforme atesta Ribeiro (2000, p. 4), não parece ter muito sentido se atribuir aos encargos sociais a responsabilidade pela retração do emprego formal, pois esse custo é bem menor no Brasil do que em inúmeros outros lugares.

Para outros⁴⁵, o aumento do segmento informal não significa necessariamente precarização do trabalho, pois as remunerações obtidas nesse segmento tem crescido mais que as remunerações dos assalariados com carteira. De acordo com Ribeiro (2000, p. 6) o rendimento dos assalariados com carteira, sem carteira e conta-própria cresceram, entre 1992 e 1997, respectivamente, 23,73%, 62,3% e 53,79%.

Há evidências, entretanto, de que esse fenômeno decorreria de um mero efeito composição, de maneira que, o aumento dos rendimentos dos Conta-Própria pode ser atribuído a ampliação dos contingentes de renda mais altas decorrente do movimento de transferência de assalariados mais qualificados e mais bem remunerados para o setor informal e que se desfez a partir de 1998.

Para Salvador aquele argumento é ainda mais falho. Segundo Azevedo (2000b, p. 62-3), apesar da queda dos diferenciais entre os rendimentos médios dos trabalhadores formais e informais na década de 90, Salvador termina o decênio com uma maior separação entre os dois tipos de vínculos trabalhistas, o que pode indicar um maior grau de segregação entre os dois tipos de mercado na região, em relação a outros locais. O efeito redutor da discrepância dos rendimentos, conforme o autor, diminui de intensidade depois da implantação do Plano Real, apresentando novamente um aprofundamento dessa clivagem nos últimos anos da década.

Há indícios que esse setor pode até constituir-se num espaço positivo para a força de trabalho e obtenção de renda, mas apenas para um pequeno segmento da PEA e em momentos de expansão da atividade econômica, quando a maior demanda de trabalho no segmento formal faz com que a pressão sobre os segmentos informais diminua, de forma que há um aumento nos seus rendimentos, indicando que o crescimento do “empreendedorismo”, principalmente na década de 90, se deu mais por força da necessidade de ocupação e, conseqüentemente, via precarização do mercado de trabalho.

Corroborando tal evidência, embora, seja um fato que existem estratégias bem sucedidas de inserção ou ascensão social do empreendedorismo informal, com algumas

microempresas com até cinco empregados de Salvador faturando mensalmente valores superiores ao salário médio e/ou à renda mediana da população soteropolitana com vínculos formais, a grande parcela dos microempresários investigados são muito pobres, com faturamento inferior a R\$ 500,00 (cerca de 20 a 25%) e/ou rendimentos pessoais menores que R\$ 250,00 (cerca de 35 a 40%) (Almeida, 2000a, p. 98-9).

Assim, segundo Borges (1994, p. 19), a idéia de que o emprego sem carteira e as várias formas de trabalho não-assalariado escondem uma economia informal pujante e capaz de dar conta dos excedentes de mão-de-obra não absorvidos no segmento mais organizado da economia, não se sustenta, exigindo pré-requisitos acessíveis apenas para uma pequena parcela dos trabalhadores.

Os processos de terciarização das ocupações e informalização das relações de trabalho que caracterizaram a década de 90, parecem estar imbricados. Muita discussão existe em torno dos temas, não sendo raro, as indicações de que ambos os fenômenos fazem parte de um processo mais abrangente de desestruturação do mercado de trabalho, pois num contexto macroeconômico marcado por baixas taxas de crescimento do produto interno, tendo os agentes econômicos a percepção de tratar-se de um fenômeno duradouro e considerando, ainda, a precariedade das políticas de proteção social aos desempregados (seguro-desemprego), a dinâmica da geração dos postos de trabalho passa a depender relativamente mais das condições de oferta (excedente e estrutural) do mercado de trabalho do que das condições de demanda.

Uma vez que mesmo nesse contexto adverso da década de 90 alguns ocupados em Serviços conseguiram manter-se em uma ocupação formal, cabia saber o que esses trabalhadores tinham de especial.

Com base em um modelo *logit* com ótimo grau de ajustamento, verificou-se que:

1. A variável tamanho é mais importante para que um indivíduo ocupado no setor de Serviços tenha uma maior chance de auferir uma ocupação protegida. Num segmento caracterizado pela presença de pequenas empresas, trabalhar numa empresa de grande porte pode constituir-se num importante diferencial ;
2. A segunda variável apontada pelo modelo como sendo de grande poder para que um

⁴⁵ Barros, Camargo e Firpo (1998).

trabalhador tenha uma ocupação formal no segmento sob estudo é o pertencimento ao grupo 3 (Trabalhadores de Serviços Administrativos e trabalhadores assemelhados), denotando que uma boa parte dos chamados “trabalhos de escritório” dá-se mediante vínculos formais de trabalho;

3. É a passagem do primeiro para o segundo quartil de renda que promove o aumento da possibilidade dos ocupados em Serviços terem uma ocupação formal;
4. A variável Sexo é estatisticamente significativa quando da análise da chance de ter emprego formal, de forma que os homens ainda possuem uma maior probabilidade de obterem ocupações protegidas;
5. A variável cor, embora seja significativa para análise do modelo, apresenta baixo valor do teste Wald sugerindo que apesar da cor ainda significar um diferencial quando um trabalhador vai pleitear o preenchimento de um cargo, ela não figura dentre as mais importantes, o que é extremamente relevante numa capital como a de Salvador, onde a população negra é bastante expressiva numericamente. Isso mostra ainda a importância que outras variáveis, a exemplo da educação, para a diminuição do papel desigual que ainda se coloca ante aos negros no mercado de trabalho;
6. O resultado encontrado para a variável idade sugere que o grande salto na possibilidade de se ter ocupação formal em Serviços é a partir dos 25 anos, podendo tal fato estar relacionado à evidência de que esta é a idade na qual algumas pessoas já concluíram os estudos de terceiro grau;
7. No que tange ao tempo de serviço, as pessoas que tem até 15 anos de atividade tendem a possuir maior chance de um emprego formal; e,
8. Os valores obtidos com a variável setor de atividade mostram que o pertencimento ao segmento Serviços Sociais confere grande chance de se obter empregos legalizados, sendo tal fato atribuído à presença expressiva do Setor Público e dos serviços de Saúde e Educacionais nessa atividade.

O teste efetuado com os Demais Setores (Agricultura, Indústria, Comércio e Construção Civil) sugerem que existem diferenças entre esses e o setor de Serviços na ponderação de uma série de características selecionadas. Nesse sentido, o setor de Serviços tende a dar maior importância à educação, motivo pelo qual tende a absorver as pessoas no segmento

formal após os 24 anos, enquanto os Demais Setores o fazem com maior incidência, segundo as estimativas, após os 17 anos. Da mesma forma, o setor de Serviços tende a oferecer jornadas de trabalho mais flexíveis no segmento formal e, ao contrário do que se supunha nas hipóteses iniciais, executa uma maior diferenciação entre os sexos, comparativamente aos outros segmentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Paulo H. **Passado e Futuro dos Serviços** - o caso da RMS. Salvador: FCE/UFBA, 2000b. (mimeo.).
- _____. (org.). **Microempresa e Informalidade em Salvador** - Relatório Final. Salvador: FCE/UFBA-PMS, 2000a.
- _____. **Economia do Setor Terciário**. Salvador, FCE/UFBA, 1999. (Notas de Aula).
- _____. Produtividade e improdutividade dos serviços na história do pensamento econômico, **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v. 06, n. 04, mar./1997, p. 5-19.
- ALMEIDA, Wanderly J. M. & SILVA, Maria da Conceição. **Dinâmica do setor Serviços no Brasil: emprego e produto**. Rio de Janeiro: IPEA, 1973. (Relatório de Pesquisa n. 18).
- AMADEO, Edward, PERO, Valéria e MEYER, Joana. Uma análise da ocupação nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo em 1990, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 133-154, abr./1996.
- ANDRADE, Mônica Viegas. Setor de Serviços segmentado: o moderno e o tradicional, **Força de Trabalho e emprego**, Salvador, v.12, n. 01, p. 16-30, jan.-abr./1995.
- ARAGÃO, Érica e PINTO, Eneida. Supermercados Brasileiros nos anos 90: Reestruturação Produtiva e principais tendências do setor. Salvador, **Carta do IMIC**, v. 1, n. 5, dez./1999, (Número Especial).
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Economia e mercado de trabalho na Bahia e na RMS: uma abordagem de longo prazo, **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 1, jun./2000b.
- _____. A pobreza está agravando o desemprego na cidade. **A TARDE**, Salvador, 07/05/2000a, Caderno de Empregos, p. 8.
- _____. Mudanças no Padrão de Ocupação, **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v. 8, n. 4, p. 9-26, mar./1999.
- _____. Relações entre rendimentos e qualificação: explorando os dados da PED/RMS. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 28, n. especial, p.363-378, jul./1997.
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de & MENEZES, Wilson Ferreira. Mudanças nos mercados de trabalho de algumas RM's: desemprego e informalidade, **Força de Trabalho e Emprego**, v. 14, n. 1-3, p. 1-12, dez./1996.
- BACHA, Edmar L. Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, Aloizio (org.). **O Brasil pós-Real**. Campinas: UNICAMP, 1997. p. 11-69.
- BAHIA EM EXAME, **Revista Exame**, Suplemento Especial, edição 675.
- BANCOS priorizam abertura de pequenas agências. **Gazeta Mercantil**, Caderno Gazeta da Bahia, 24 jul./2000.

- BARBOSA, César. **Escolaridade como investimento em capital humano e o seu Impacto sobre a distribuição dos rendimentos do trabalho**: um estudo para a RMS. Salvador: FCE/UFBA, 1994. (Dissertação de Mestrado em Economia).
- BARROS, R. P. de, CAMARGO, J. M. e FIRPO, S. **Uma avaliação da evolução recente do diferencial de rendimentos formal/informal**. Brasília, 1998 (Notas sobre o Mercado de Trabalho, n. 6).
- BARROS, Ricardo Paes de, REIS, José Guilherme Almeida e RODRIGUEZ, José Santos. **Segmentação no Mercado de Trabalho**: A Carteira de Trabalho na Construção Civil. Rio de Janeiro: IPEA, 1989. (Relatório Interno n. 2).
- BARROS, Ricardo Paes de e VARANDAS, Simone. **A Carteira de Trabalho e as condições de Trabalho e Remuneração dos chefes de família no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1987. (Textos para Discussão Interna n. 118).
- BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1977.
- BORGES, Angela e FILGUEIRAS, Luiz. O mercado de Trabalho nos anos 90: o caso da RMS. **Bahia Análise & Dados**, Salvador: SEI, v. 5, n. 3, p. 30-36, dez./1995.
- BORGES, Angela. As novas tendências do mercado de trabalho formal, **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v. 6, n. 3, p. 73-82, dez./1996.
- _____. Trabalho, Emprego e Renda: desafio presente e futuro, **Bahia Análise & Dados**, Salvador, CEI, v. 4, n. 2/3, dez./1994, p. 15-27.
- BRAGA, Carlos Alberto Primo. A economia mundial em 2010 e a revolução dos Serviços, **Revista de Economia Política**, [s.l.], v.9, n. 2, p. 94-107, abr.-jun./1989.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. **Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro**. São Paulo, 1989. (Texto para Discussão n. 19).
- CARDOSO JUNIOR, José Celso e FERNANDES, Suiane. **Terciarização das ocupações e Informalização das Relações de Trabalho no Brasil**: PNAD 1981/1998. São Paulo: UNICAMP, 2000. (mimeo.)
- CERQUEIRA, Ana Cristina. **Mudanças no perfil dos ocupados formais em dois segmentos da Indústria de Transformação da RMS**. Salvador: FCE/UFBA, 1998. (Monografia de Graduação).
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral**. [s.l.], 199?. p. 54-80.
- CRAWFORD, Richard. Conhecimento e Pessoas: A origem do capital humano. In: _____. **Na Era do Capital Humano**. São Paulo: Atlas, 1994.
- DEDECCA, Cláudio Salvatori e BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Mercado de Trabalho e Informalidade nos anos 90, **Estatística Econômica**, São Paulo, v. 27, n. Especial, p. 65-84, 1997.
- DEDECCA, Cláudio Salvatori e MONTAGNER, Paula. Flexibilidade Produtiva e as relações de trabalho, **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 12, n. 01, p. 2-10, jan.-abril/1995.
- DEDECCA, Cláudio Salvatori. A questão da Terciarização, **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, [s.n], p. 25-6, 1992.

- DORNELLES, Francisco. O ajuste fiscal do Plano Collor. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 25-45, número Especial, jan./1991.
- FERNANDES, Reynaldo. Mercado de Trabalho não regulamentado: participação relativa e diferenciais de salários, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 417-442, dez./1996.
- GADREY, Jean. Emprego, produtividade e avaliação do desempenho dos Serviços. IN: **SEMINÁRIO TEMÁTICO INTERDISCIPLINAR: Os Estudos do Trabalho**, São Paulo, 1999.
- GALVÃO, Luís Eduardo. À margem da modernidade, **Rumos - Economia e Desenvolvimento para os novos tempos**, São Paulo, ABDE, v. 21, n. 149, p. 24-31, jun./1998.
- GIANESI, Irineu G. e CORRÊA, Henrique L. A importância dos serviços na economia. In: _____. **Administração estratégica de Serviços - operações para a satisfação do cliente**. São Paulo: Atlas, 1994.
- GONÇALVES, Reinaldo. Distribuição de riqueza e renda: alternativa para a crise brasileira. In: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da nação: Balanço do Governo FHC**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 25-44.
- GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. 3ª ed.. São Paulo: Makron Books, 2000.
- INFORME PED, Salvador, SEI, v. 2, n. 14, jun./1998.
- HUGON, Phillippe. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho, **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 32-63, 1997.
- KON, Anita. “As atividades terciárias como produção”. In: _____. **A produção Terciária: o caso paulista**. São Paulo: Nobel, 1992.
- KON, Anita. Reestruturação produtiva e terciarização no Brasil, **Revista Nova Economia**, v. 7, n. 1, p. 149-180, maio/1997.
- KOTLER, Philip. “Administração de Serviços”. In: _____. **Administração de Marketing: Análise, Planejamento, Implementação e Controle**. 2a. edição. São Paulo: Atlas, 1993.
- LAHÓZ, André. Nova Economia. **Exame**, v. 33, n. 17, p. 123-130, 25 out./1999.
- LIMA, Carmem Lúcia. **A estrutura do emprego do setor terciário na RMS**. Salvador: FCE/UFBA, 1993. (Monografia de Graduação).
- LIMA, Ana Cristina de Souza. **A composição do emprego no ramo Serviços da RMS**. Salvador: FCE/UFBA, 1998. (Monografia de Graduação).
- MATTOSO, Jorge. As desculpas que saíram de moda. **Gazeta Mercantil**, 05/06/2000, p. A-3.
- _____. Produção e Emprego: renascer das cinzas. IN: LESBAUPIN, Ivo (org.). **O desmonte da Nação - Balanço do governo FHC**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 115-132.

- MEIRELLES, Fernando de Souza. Evolução da microinformática: ciclos, cenários e tendências, **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, n. 34, p. 62-80, maio-jun./1994.
- MELO, Hildete Pereira de (Coord.). **Os serviços no Brasil**, Brasília, MICT: 1998a
- MELO, Hildete Pereira et al. **O Setor de Serviços no Brasil: uma visão global - 1985/95**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998b. (Texto para discussão n. 549).
- MENEZES, Wilson F., FERNANDEZ, José Carrera. Ocupação e Informalidade no Mercado de Trabalho da RMS, **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, SEI, n. 45, p. 5-12, fev./1998.
- MENEZES, Wilson F. **Serviços: Uma tentativa de caracterização e conceituação através da Teoria dos Custos de Transação**. Salvador: FCE/UFBA, 1997. (mimeo.).
- MODELOS para dados binários: Regressão Logística**. Salvador: Fac. de Estatística da UFBA, 2000, 30p. (mimeo.)
- NORMANN, Richard. Mito e realidade da sociedade de Serviços. In: _____. **Administração de Serviços – Estratégia e liderança na empresa de Serviços**. São Paulo: Atlas, 1993.
- OFFE, Claus. “O crescimento do Setor de Serviço”. In: _____. **Capitalismo desorganizado**. 2ª ed., São Paulo: Braziliense, 1994.
- OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque e GUIMARÃES NETO, Leonardo. Emprego organizado e regiões nos anos 90: Quem perdeu mais?, **Estudos Econômicos**, São Paulo, IPE, v. 27, número Especial, p. 37-64, 1997.
- O SETOR INFORMAL ocupa 12,8 milhões de pessoas. **Folha de São Paulo**, 09 jun./1999, Segundo Caderno, p. 11.
- PERO, Valéria. A carteira de trabalho no mercado de trabalho metropolitano, **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 305-342, ago./1992.
- _____. **Terciarização e Qualidade do Emprego: Uma análise da Região Metropolitana de São Paulo no início dos anos 90**. [s.l.], [s.n.], 199?, p. 560-580.
- PESQUISA analisa o efeito da formação profissional. **Correio da Bahia**, 17 jun./1999.
- PESQUISA MENSAL DE EMPREGO. Capturado em 03 set./2000. On line. Disponível na Internet em: www.ibge.gov.br.
- PIB BAHIA. Capturado em 10 jan./2000. On line. Disponível na Internet em: www.sei.ba.gov.br.
- REBECCHI, Emílio. **O Sujeito frente à inovação tecnológica**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- REIS, José Guilherme Almeida e BARROS, Ricardo Paes de. Desigualdade salarial: Resultado de pesquisas recentes. IN: **Distribuição de renda no país**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991
- RIBEIRO, Rosana. **O trabalho por Conta-Própria nos anos 90: um novo desenho do mercado de trabalho?** Minas Gerais: UFMG, 2000. 14 p. (mimeo.).

- SANTANA, Marcelo. Escolaridade e ocupação na RMS, **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v. 08, n. 4, p.44-50, mar./1999.
- SANTOS, Luiz Chateaubriand C. dos. Modernidade e Tradição: mudanças recentes na estrutura setorial do emprego da RMS, **Bahia Análise & Dados**, Salvador, SEI, v.8, n. 2/3, p. 46-52, dez./1998.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia e Administração**. São Paulo: Nova Cultural, 1996 (Os Economistas).
- SCHULTZ, Theodore. **O capital humano** - investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- SEGNINI, Liliana. Relações de Gênero e Racionalização do Trabalho em serviços. IN: **SEMINÁRIO TEMÁTICO INTERDISCIPLINAR: Os Estudos do Trabalho**, São Paulo, 1999.
- STIGLITZ, Joseph. O pós Consenso de Washington. **Folha de São Paulo**, 12/07/98, Caderno Mais, p. 5.
- WAJNMAN, Simone e PERPÉTUO, Ignez Helena O. A redução do emprego formal e a participação feminina, **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 123-146, maio/1997.

APÉNDICE

TABELA 1: Significância das Regressões

Variáveis na equação	Significância	
	Serviços	Demais Setores
DGRUPO3(1)	0	0
DTAMANHO(1)	0	0
DRENDA2(1)	0	0
DJORNAD3(1)	0	0
C010(1)	0	0,148
DGRUPO5(1)	0	0
DRENDA3(1)	0	0
DGRUPO4(1)	0	0
DGRUPO1(1)	0	0,034
DFAIXA3(1)	0	0,018
DINST4(1)	0	0,002
DJORNAD1(1)	0	0
DRENDA5(1)	0	0
DFAIXA5(1)	0	0
DFAIXA2(1)	0	0
DINST3(1)	0	0
C050(1)	0	0
DTEMSER2(1)	0	0,014
DRENDA4(1)	0	0,034
Constant	0	0
DTEMSER3(1)	0	0
DRENDA1(1)	0	0
DJORNAD2(1)	0	0
DFAIXA1(1)	0	0,01
DINST2(1)	0	0
DINST1(1)	0	0

Fonte: PED - RMS. SEI, SETRAS, SEADE, DIEESE e UFBA. Elaboração Própria.

